

Colectânea de posts de

Sérgio Ribeiro

sobre

Materialismo Histórico

no seu blog

[Anónimo do Séc. XXI](#)

Actualizado em 04-01-09

Table of Contents

Materialismo Histórico – 1	Materialismo histórico - 21 - a representação de coisa nenhuma
Materialismo Histórico - 2 (leis).....	Materialismo histórico - 22
Materialismo histórico - 3 (necessidades)	Materialismo histórico - 23
Materialismo histórico - 4 (recursos).....	Materialismo histórico - 24
Materialismo histórico - 5 (trabalho)	Adenda a materialismo histórico – 24A.....
Materialismo histórico - 6 (trabalho abstracto)	Discurso sobre "materialismo histórico"
Materialismo Histórico - 7 (Base económica)	Materialismo histórico – 25.....
Materialismo histórico - 8 (trabalho social)	Materialismo histórico - 26
Materialismo histórico - 9 (divisão "natural" do trabalho)	Materialismo histórico - 27
Materialismo histórico - 10 (relações de produção) ..	Materialismo histórico - 28
Sexta-feira, Julho 04, 2008.....	Materialismo histórico - 29
Materialismo histórico - 11 (modo de produção)	Materialismo histórico - 29A (ou anexo).....
Materialismo histórico - 12 (consciência social)	Materialismo histórico - 30
Materialismo histórico - 13 (formação social)	Materialismo histórico – 31.....
Materialismo histórico - 14	Materialismo histórico - 32 (composição orgânica do capital)
Materialismo histórico - 15	Materialismo histórico - 33 (mais-valia)
Materialismo histórico - 16	Materialismo histórico - 34 (anotação a mais-valia) ..
Materialismo histórico - 17	Materialismo histórico - 35 (lucro).....
Materialismo histórico - anexo sobre a religião e a (tomada de) consciência	Materialismo histórico - 36
Materialismo histórico - 18	Materialismo histórico - 37
Materialismo histórico - 19	Materialismo histórico - 38 (desemprego).....
Materialismo histórico - 20	

Materialismo Histórico – 1

Terça-feira, Junho 03, 2008

O materialismo histórico (*mh*) estuda a sociedade e as leis do seu desenvolvimento. É parte integrante da concepção marxista-leninista da vida e do mundo, e procura dar uma interpretação científica, dialéctica e materialista, dos factos da vida social.



O *mh* trata dos problemas gerais do desenvolvimento histórico, como os das relações entre o ser humano e o meio em que se insere, das relações entre os seres humanos, da importância da produção material, da origem e lugar das ideias, da consciência social e das instituições.

O *mh* procura permitir a compreensão do papel do trabalho, e do que os trabalhadores, os povos e as individualidades representam na História, como se formam as classes e a luta de classes, como surgem as cidades e os Estados, porque há revoluções sociais e qual o seu significado histórico.

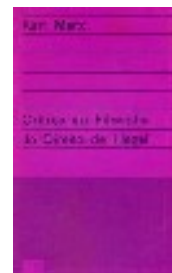
Nenhuma ciência social (economia política, história, sociologia, estética, etc.) pode desenvolver-se sem o *mh*, sem o conhecimento das leis gerais do desenvolvimento da sociedade, sendo a base metodológica de todas as outras ciências sociais.

O conhecimento das leis do *mh* – leis que ou podem ser gerais a todas as fases do desenvolvimento social, ou podem ser específicas de determinadas etapas do desenvolvimento da sociedade – permite agir sobre a vida social, transformá-la.

Materialismo Histórico - 2 (leis)

Sexta-feira, Junho 06, 2008

As leis, no sentido de ligação e dependência profunda, estável, regular, entre os fenómenos ou diferentes aspectos de um mesmo fenómeno, são o reflexo de processos objectivos que decorrem na natureza e são a própria essência[1] da evolução social. O carácter objectivo das leis reside em existirem, sejam ou não conhecidas pelo ser humano.



A “conquista”, pelos fundadores do marxismo, do *materialismo dialéctico*, representa um salto qualitativo no estudo da essência da natureza, e particularmente da sociedade. No entanto, apesar da identidade do desenvolvimento dialéctico, há que distinguir as leis da natureza das leis da sociedade. Enquanto se pode chegar às leis da natureza pela observação seguida da abstracção, as da sociedade verificam-se em condições que mudam permanente sendo, por isso, tendenciais, e podem ser travadas ou aceleradas, perturbadas ou alteradas, por efeito de tendências contrárias. Toda a dinâmica social é o resultado da actividade do ser humano, o “produto” mais complexo e mais diferenciado da natureza e da sociedade.

O que comumente se chama “leis”, normas reguladoras da vida em sociedade, são promulgadas pelo Estado e não são independentes da vontade dos homens. São o resultado da relação de forças entre as classe que toma forma institucional, não sendo os Estados socialmente neutros. Essas “leis” *exigem* comportamentos e sancionam[2], as leis objectivas *existem*.

O MD, em que assenta o *materialismo histórico*, ao reconhecer o carácter objectivo das leis distingue-se claramente dos “sistemas idealistas”, que partem da tese de que as leis são apenas cenários imaginados por “sábios” para facilitar a compreensão da natureza e regular o viver em sociedade.

[1] - Marx teria escrito, ou assim se traduziu e eu fixei, que *se a aparência fosse igual à essência seria dispensável a ciência*

[2] - Desde e enquanto houver classes, o **Manifesto** escreve que “o vosso direito é apenas a vontade da vossa classe elevada a lei” (vontade determinada pelas condições materiais e pelo estágio da relação de forças sociais)

Materialismo histórico - 3 (necessidades)

Terça-feira, Junho 10, 2008

Reafirmo não ter a menor intenção de fazer um curso, ou algo parecido... e muito menos de filosofia. São, apenas, reflexões apoiadas em leituras e buscando ecos (isto é, comentários).

Por isso – aqui! – *materialismo* é o esforço de explicação científica da vida e do universo. A partir dessa explicação, o ser humano é matéria transitoriamente organizada cumprindo leis da natureza, leis que podem ou não ser conhecidas. Ou ainda não...



É por isso intrínseca ao ser humano, como animal-matéria organizada, a *necessidade* (spinozana) de *se auto-conservar*. Vivo.

Para satisfazer essa sua necessidade essencial (vital), colhe da natureza o que esta lhe coloca “à mão”, depois “à mão de semear” (libertas as mãos por começar a deslocar-se sem delas precisar), depois aprende e retém como se servir do “meio” *prolongando o seu corpo*... e assim pelos séculos dos séculos materializando o processo histórico, alimentando-se, cobrindo o corpo, abrigando-se das intempéries, defendendo-se de outros animais – de que seria alimento e não os tornasse seu alimento –, perpetuando-se como espécie.

Necessidades que se podem chamar **naturais** e compõem um sub-conjunto, a que se foram juntando outras, que se podem chamar *históricas*. Algumas necessidades têm carácter “biológico” (cuja satisfação é indispensável para a conservação da vida), outras são consequência do viver em comum, do que é a *cultura de uma dada sociedade num determinado momento (histórico)*. Mas as próprias necessidades “naturais” adquirem “dimensão cultural”, uma “segunda natureza” (*social*). A alimentação transforma-se em gastronomia, a protecção do corpo em moda, a preservação da espécie em amor. Sempre e tudo condicionado pela *relação com o outro*.

De muitas maneiras poderia (deveria?) continuar no tema. Para não o estender demasiado, apenas a referência a uma certa hierarquia:

.....necessidades “primeiras”, **incompressíveis**
.....necessidades “segundas”, relativas à **forma de vida**
.....necessidades “terceiras”, consideradas supérfluas, **de luxo**

E ainda umas notas... para eventual memória futura:

.....conjuntos sociais i) *absoluto* das necessidades, ii) *real* das necessidades, iii) das necessidades *não satisfeitas*
.....satisfação das necessidades, consumo, **valor de uso**
.....criação artificial de necessidades, publicidade, crédito
.....da “*necessidade metafísica*” (Schopenhauer)
.....“reino da necessidade” e “**reino da liberdade**”

Materialismo histórico - 4 (recursos)

Sexta-feira, Junho 13, 2008

A necessidade do ser humano *se auto-conservar* obriga-o a recorrer à natureza de que faz parte. Colhendo frutos, arrancando folhas e raízes, bebendo água, tirando carne e peles de outros animais. Aproveitando o que tem à mão. E só a esses **recursos** naturais começou por recorrer... Mais capacitado ficou para o fazer quando "*desceu à terra*", quando saiu da altura das árvores e, "aprendendo" a mover-se de pé, ficou com as mãos livres. Para colher, arrancar, beber, lutar com outros animais. Quando começou a descobrir que o braço podia chegar mais longe e mais fundo porque um ramo ou um osso o prolongava, que uma pedra podia ser o punho mais além do braço, que o ramo e a pedra podiam, ligados, ser o braço mais comprido e também com um punho. E por aí fora... até que o osso de um animal descarnado feito instrumento, ano a ano, século a século, milénio a milénio(*), se transformou na nave espacial (*lembra-se de 2001 Odisseia no Espaço, do Stanley Kubrick?, a sequência daqueles dois planos "era" materialismo histórico...*)



Os recursos serviam, e servem, para satisfazer necessidades, e servem para completar o corpo, como recurso primeiro que é, para auxiliar a aceder aos recursos que as satisfazem directamente.

Depois, os recursos *adquiridos* como auxiliares foram-se tornando indispensáveis para transformar a natureza, para a fazer produzir. Como meios e objectos de produção. Trabalhando a terra. Lavrando, semeando, alterando os ciclos naturais. Descobrimo o lume ao afiar as pedras como cutelos das mãos, guardando o fogo, aproveitando materiais mais resistentes, e mais resistentes os tornando. Sempre os recursos, sempre o prolongamento e a complexificação do corpo humano. *O primeiro e intrínseco recurso.*

(*) - adenda depois de uma visita às "gravuras de Foz de Coa", que parecia feita para este "episódio" do MH, em que um amigo nos deu uma lição daquelas que sabem tão bem (obrigado, José Pedro!). Foi... empolgante! E acrescento aos milénios dos milénios *os milhões de anos dos milhões de anos*. O que bem nos dá a dimensão temporal do que vivemos e do que foi vivido!

Materialismo histórico - 5 (trabalho)

Terça-feira, Junho 17, 2008

As necessidades *naturais* dos seres humanos são idênticas às dos outros seres vivos, a começar pela de se *auto-conservarem*... vivos. Para isso recorrem, naturalmente, aos recursos do "*meio*" em que vivem. Aos que "têm à mão", com o que "têm à mão". Ou à pata, ou ao focinho, ou ao bico...

Mas há uma grande diferença. Há o que se pode assimilar a uma "diferença qualitativa", ou melhor, a *primeira e essencial e humanizadora diferença qualitativa*.

O ser humano, ao servir-se da natureza, no "**meio**" em que é, fã-lo por uma actividade racional, que adapta e transforma o "meio", libertando-se progressivamente da sua sujeição a esse "meio" que adapta e transforma ao seu serviço.

Mas os outros seres vivos não adaptam e transformam a natureza?, as formigas não "isto", as toupeiras não "aquilo", os pássaros não "aqueleoutro"?

A diferença - qualitativa – estará em que a actividade do ser humano é... *trabalho*. Porque é racional, porque, ao servir-se, ao adaptar, ao transformar, *o ser humano aprende, retém o aprendido, transmite o retido*.

Com o ser humano, a organização da matéria atingiu o estágio de transmitir o retido porque experimentado e aprendido. Para explicar o porquê dessa "diferença" existem áreas do saber na humana busca constante de conhecer e explicar.

O trabalho é a actividade racional do ser humano que tem por fim transformar os objectos naturais (de trabalho) com o seu corpo e instrumentos (de trabalho) que vai criando para, com esses recursos, satisfazer as suas necessidades. Também em permanente evolução. Assim criando valores de uso, ou para uso, isto é, que satisfaçam necessidades humanas.

E porque retém e transmite, no espaço e no tempo, o que aprende e retém, o trabalho é *colectivo*, porque, hoje, usa o que até hoje foi aprendido e retido, aqui e ali. Divide o trabalho. *Humaniza-se e socializa-se* (o que é redundante...) *pelo trabalho*.



Materialismo histórico - 6 (trabalho abstracto)

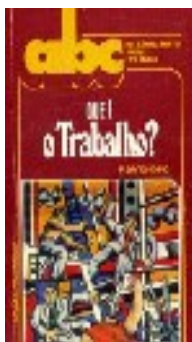
Quinta-feira, Junho 19, 2008

Ligando tudo – e tudo tem de estar sempre ligado – o trabalho é uma necessidade. Individual E colectiva, social.

Mas o *trabalho abstracto* é um conceito, uma categoria económica e não uma realidade sensível, enquanto o trabalho concreto é o trabalho que se materializa, que tem um resultado, um produto, um valor para ser usado.

O conceito de trabalho abstracto é um dos conceitos fundamentais da economia política e aparece num momento do processo histórico. A ele se voltará oportunamente, deixando por agora apenas um apontamento como ponte^[1] para futuro, porque alguns comentários o terão provocado ao considerar-se que a definição de trabalho como actividade racional arrasta a noção de abstracção: “*construir na cabeça antes de construir em concreto*” (ver adenda entre estes dois “episódios”).

Ainda deixaria a nota, para depois se retomar, que o trabalho abstracto se mede, geralmente, em **unidades de tempo**. Fala-se de oito horas de trabalho, de um dia de trabalho, de uma semana de trabalho^[2]. O dispêndio de energia de todo o tipo tem uma dimensão temporal. Daqui que o conceito seja científico, desprovido de conotação ideológica e tonalidade moral. É independente da personalidade do trabalhador, e Marx afirma-o com clareza ao dizer ser o *dispêndio de trabalho no sentido fisiológico e com carácter objectivo*.



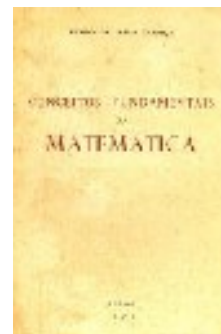
No entanto, fugindo a continuar com o que virá a ser tratado no momento próprio, apenas ainda diria, neste quase-desvio, que ao falar de trabalho e de *abstracção* nenhum outro exemplo seria mais elucidativo que... *a descoberta do zero*! A importância que teve no processo histórico, na abordagem materialista da História, da *representação de coisa nenhuma*, é a de um salto qualitativo.

E deixaria a referência a um dos livros em que mais terei aprendido – e apreendido – de materialismo histórico: *Conceitos Fundamentais da Matemática*, de Bento de Jesus Caraça!

O próximo “episódio” voltará (talvez...) aos carris do M.H.

^[1] Um *apontamento*... deixem-me brincar um bocadinho

^[2] De 65 horas?... que escândalo!



Materialismo Histórico - 7 (Base económica)

Terça-feira, Junho 24, 2008

O materialismo histórico, no seu enunciado - e não se está mais do que a enunciar, e a convidar à reflexão conjunta -, tem a sua base. E a sua base é a **base económica**. Não no sentido, quase se diria pejorativo, que hoje merece o vocábulo economia e seus derivados, meros sucedâneos de finanças e moeda (ou dinheiro), mas no sentido de estudo da actividade racional do ser humano para, com os recursos naturais e com os que vai adquirindo ou socializando, satisfazer as suas necessidades, em que às naturais, biológicas, se vão somando as culturais, socializadas.

Já neste espaço e percurso houve quem, em comentário pertinente, tivesse vindo lembrar (até com a "ajuda" de Fidel Castro, e este "apoiado" directamente em Marx) que *"na produção social da sua vida, os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma fase determinada do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social que determina a sua consciência"*.

Ora a *base económica* é precisamente a *relação primeira* entre o ser humano e a natureza (de que faz parte), relação que, pelo trabalho, se racionaliza e socializa, e de onde decorrem as relações de produção correspondentes ao estágio (histórico) do desenvolvimento das forças produtivas materiais, que são os recursos existentes e os transformados pelo *recurso primeiro* - porque o acesso e aproveitamento dos recursos começa pela mão e pelo que "está à mão" - que é a força de trabalho.

Neste passo do caminho que gostaria de percorrer, será oportuno dar expressão gráfica ao que vai sendo escrito:



Depois, e com essa mesma intenção, sublinha-se o já dito: que as necessidades evoluem, sempre se acumulando, sendo uma necessidade satisfeita o começo de uma mesma (embora diferente) necessidade, pois quem come para matar a fome não deixa de comer mas pode tornar-se num gastrónomo, e novas necessidades vão sempre nascendo, como as culturais ou de lazer:

~~Necessidades~~

Do mesmo modo (gráfico!), as forças produtivas desenvolvem-se incessantemente porque o ser humano, prolongando o seu corpo, criando meios de produção que o auxiliem, instrumentos de trabalho que actuam sobre objectos de trabalho, permanentemente aumenta o seu domínio sobre a natureza libertando-se da total dependência ou servidão (nem sempre, ou muitas vezes não tendo em conta que faz parte dessa natureza, agredindo-a/se ou delapidando-a/se):

~~Forças
produtivas~~

E tudo acontece, ao longo dos tempos dos tempos, historicamente, dividindo-se o e cooperando-se no trabalho, num quadro de relações sociais de produção.

Materialismo Histórico - 8 (trabalho social)

Sexta-feira, Junho 27, 2008

Dividindo *o* e cooperando *no* trabalho(*).

Se cabe aos seres humanos o papel essencial na formação das forças produtivas, pois são eles que criam os meios de produção para prolongar o seu corpo, esse processo de criação e de evolução das forças produtivas não se faz isoladamente.

Não é um homem ou uma mulher, isolados, que o inicia e o continua, em qualquer momento histórico. O trabalho começa pela partilha de experiências, de conhecimentos adquiridos e, depois transmitidos. No espaço e no tempo. No processo de trabalho, essencial para o processo de produção, os seres humanos entram – naturalmente! – em comunicação uns com os outros. O trabalho tem uma natureza *social*, pelo que, sendo o trabalho social, a produção também é *social*, e cada vez mais! Porque combina trabalho social cristalizado, acumulado em milénios, com trabalho social *vivo*.

A ficção de Robinson Crusoé... é ficção literária. E mesmo assim, o “homem só” ficcionado por Daniel Defoe teria vivido 30 anos numa ilha deserta e nela construiu uma casa, trabalhou a terra, criou gado e fez artesanato mas utilizou, para isso, instrumentos de trabalho que encontrou no navio naufragado e dispôs de grãos e sementes, que já tinham sido trabalho de outros, além de ter conhecimentos (ou competências) que qualificavam a sua força de trabalho. Para não falar do seu relacionamento com a cabrinha e o papagaio e, evidentemente, de que o autor não foi capaz de prescindir de lhe arranjar um *Sexta-feira* que, tenham-se os preconceitos racistas (e outros...) que se tiverem, foi um companheiro com quem Robinson dividiu trabalho e com quem cooperou no aproveitamento dos recursos da natureza para satisfazer as suas (e as dele, Sexta-feira) necessidades.



Passando da ficção verosímil para o materialismo histórico, os seres humanos começaram a dividir *o* e a cooperar no trabalho entre si... e entre si começou, por ter sido a partir do que os distinguia naturalmente, biologicamente: o *homem* e a *mulher*.

(*) – foto de *Sebastião Salgado*

Materialismo histórico - 9 (divisão "natural" do trabalho)

Terça-feira, Julho 01, 2008

Dividindo *o* e cooperando *no* trabalho, assim começou a História (ou a pré-história) no materialismo histórico.

Os seres humanos teriam começado a dividir o e a cooperar no trabalho entre si... e entre si começaram por partilhar tudo. Entre o homem e a mulher.

Da necessidade sexual e de procriação à necessidade do amor houve (e há!) um longuíssimo caminho percorrido (e a percorrer). De milénios de milénios.

Seria de ler ou reler o *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels (e não se perdia nada!...) mas, para aqui, apenas se devem deixar algumas referências, ou pistas, que pareçam oportunas.



Entre as necessidades "naturais" do ser humano a de ter um abrigo, o que hoje se chama “um tecto” (ou um T2 ou T3), foi das mais naturalmente prementes dadas as intempéries e os outros animais, a somar-se à *necessidade do outro/a*, e não se daria um salto incomensurável e incompreensível se se dissesse... a necessidade de “*constituir família*”.



Naturalmente – e insiste-se nesta expressão –, os seres humanos começaram a dividir a actividade racional de de se servir da e transformar a natureza. Ficando o elemento feminino da “família”, estivesse esta organizada como estivesse, com tarefas mais sedentárias, mais perto do “lar-caverna” e da prole (e dessas raízes de divisão “natural” do trabalho ainda hoje tanto se ressent, enquanto vítima de discriminação desde há muito só social), enquanto o elemento masculino partia para tarefas mais nómadas, de caça e pesca, mais arriscadas dados os imensos perigos, de todo o tipo, para quem se afastasse... da “soleira da casa”.

Por isso mesmo, por essa circunstância que caracterizou a **organização social primitiva**, esta teria sido do tipo *matriarcal*, assente no elemento feminino, estável e garante de continuidade, e até dos primeiros aproveitamentos da terra e não só da “recolha” de raízes e frutos que o chão e as árvores davam.

Materialismo histórico - 10 (relações de produção)

Sexta-feira, Julho 04, 2008

Dividindo o trabalho, cooperando no trabalho. De mão em mão, som a som, traço a traço. Gesto a gesto, palavra a palavra, gravura a gravura. Quando o som em palavra se tornou, quando o traço se fez escrita.

Também corpo a corpo, em luta com quem se disputava o mesmo alimento, o mesmo espaço, o mesmo meio.

Assim se foram entretecendo relações. *Relações sociais de produção*. Que são o conjunto de relações que se estabelecem entre os seres humanos quando produzem (e reproduzem) a vida material, por intermédio dos objectos materiais que servem para satisfazer as necessidades sociais, sendo o trabalho o “cimento” dessas relações.



Para produzir os bens materiais, os seres humanos estabelecem determinadas relações pois as *forças produtivas* (onde se inclui a *força de trabalho*) não podem ser empregues produtivamente a não ser no quadro de relações sociais.

As relações de produção podem ser de cooperação e entreajuda ou de domínio e subordinação. De cooperação e entreajuda foram-no nas comunidades primitivas e sê-lo-ão no socialismo e no comunismo; sendo ainda de cooperação e entreajuda entre quem trabalha mas num quadro de domínio e subordinação quando e enquanto as sociedades estão divididas em classes (os escravos que são meio de produção e propriedade dos “patrícios” romanos e outros senhores, os servos da gleba ligados à terra que trabalham

e que têm os seus senhores, os operários que são obrigados a vender a sua força de trabalho aos proprietários dos instrumentos e objectos de trabalho).

O que determina o carácter das relações de produção é a forma de propriedade dos meios de produção.

As relações de produção compreendem três elementos entre-ligados:

- i) os *tipos de propriedade* dos meios de produção,
- ii) a *posição dos diferentes grupos sociais* na produção,
- iii) a **forma de repartição** dos bens produzidos.

As relações de produção agem sobre as forças produtivas, independentemente destas se desenvolverem incessantemente. Tanto podem favorecer esse desenvolvimento como o podem travar. É a chamada *lei da correspondência necessária*.

(*) – **Vitral**, foto de *João Santiago*

Materialismo histórico - 11 (modo de produção)

Terça-feira, Julho 08, 2008

Tudo começa (ou pretende-se que tudo comece) a interligar-se.

Num quadro de *relações sociais de produção*, as forças produtivas vão colhendo *na* e transformando *a* natureza para que sejam satisfeitas as necessidades, cada vez mais sociais, dos seres humanos.

Ao conjunto formado pelas forças produtivas, sempre em desenvolvimento, e pelas relações sociais de produção, chama-se *modo de produção*.

O modo de produção – modo de obtenção dos meios de existência indispensáveis à satisfação das necessidades sociais – é o conjunto de relações objectivas entrelaçadas pelos seres humanos na produção social da sua vida material.

O modo de produção é, evidentemente, social. Sem as forças produtivas, que são sociais, não haveria produção, e é o estágio das relações sociais de produção que determina o modo como se produz. A partir desse *modo de produção*, correspondente ao desenvolvimento das forças produtivas, se distribui o produzido por forma a satisfazer as necessidades sociais.

O trigo com que se faz o pão foi produzido por agricultores em trabalho manual e feito farinha nos moinhos de vento em relações sociais de produção muito diferentes daquelas em que foi (e é) produzido e moído em grandes explorações agrícolas e industriais, com recurso a sofisticados instrumentos de trabalho.



É o modo de produção que, segundo Marx, “condiciona o modo de vida social, política e intelectual em geral”.

Este é um conceito fundamental porque une o que não é separável, por mais esforços (ideológicos!) que se façam:

- *a técnica de produzir*, resultante das *forças produtivas*,
- e *as relações sociais* em que se produz, mormente as questões de propriedade das forças produtivas e de apropriação do produzido.

Materialismo histórico - 12 (consciência social)

Sexta-feira, Julho 11, 2008

Para dar passos neste caminho, que – tal como no arquitecto, e não como na abelha – começou por ser esquematizado na minha cabeça, vou recorrendo a “materiais” que “tenho à mão” (isto não vos lembra nada?...). Para “aquele passo”, talvez Iline e Segal e as suas gravuras – *mas onde é que está o raio do livro?* –, para “aquele outro”, talvez o dicionário das editions sociales – *mas onde raio ele está?* ...



Acontece que, para este passo, comecei por me socorrer de *Economia Política*, de Oskar Lange, e, depois de ter encontrado a edição portuguesa[1], por acaso tropecei na edição francesa que responsabilizo por muito da minha formação e onde me apoiei para as primeiras tentativas de contribuir para formação de outros[2].

Nela fui alertado para a necessidade de, no estudo de uma vertente da multimoda realidade, não nos acantonarmos. Nela aprendi a importância das relações sociais que não são relações económicas, cujo vínculo social se modela por intermédio de coisas–*ser humano*–>*coisa*<–*ser humano*–, das relações que decorrem da acção directa e recíproca entre seres humanos.

São as relações sociais decorrentes, por exemplo, da vida familiar, de costumes e princípios morais existentes, de relações de vida em sociedade, em resumo. Os seres humanos estão conscientes dessas relações, da acção e influência que exercem uns sobre os outros mas, em contrapartida, não estão geralmente conscientes das relações económicas, das que têm as coisas por intermediário, e geralmente tomam-nas como relações *com as coisas*. Não se tem consciência que se troca tempo de trabalho por tempo de trabalho de outros, e julga-se que ele é trocado por dinheiro... e este por coisas.

Nos domínios e nos momentos em que os seres humanos tomam consciência das relações sociais nascem *ideias* (e *ideologias*), que representam a forma sob a qual se adquire essa consciência.

Designa-se por consciência social[3] o conjunto das ideias e das posições e atitudes psíquicas sociais.

[1] - Prelo Editora, Biblioteca de Economia, nº 30, 1979

[2] - ... e a que estou ligado afectivamente pois foi oferta de colegas e camaradas, que comigo trabalhavam na Siderurgia Nacional... em 1962!

[3] - cada expressão, como se chegou a ela, diferentes e justificadas designações, dariam para largas considerações... dariam para semestres.

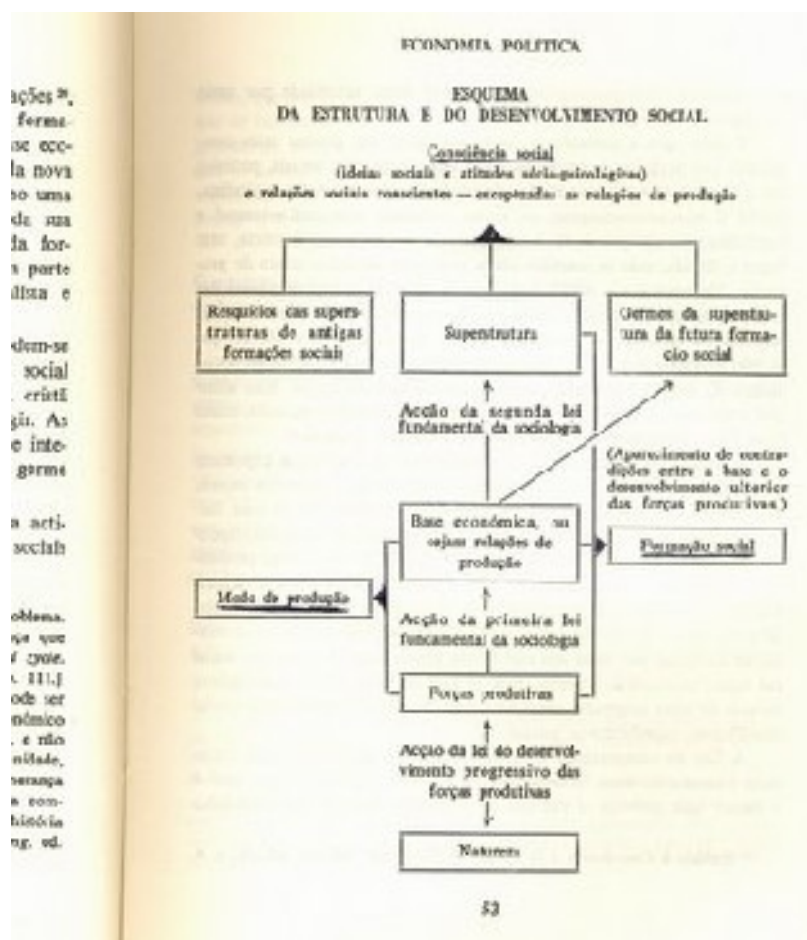
Materialismo histórico - 13 (formação social)

Terça-feira, Julho 15, 2008

Depois das (breves) notas sobre *modo de produção* e *consciência social* (relações sociais conscientes), sublinha-se que parte desta corresponde à superestrutura daquele, isto é, uma parte da consciência social corresponde ao modo de produção histórico assim se configurando uma *formação social*, havendo também uma correspondência necessária entre as relações de produção e o nível das forças produtivas, como já se sublinhou.

Tudo isto se irá vendo, passo a passo. Para este “episódio” apenas fica o gráfico retirado do livro citado de Lange, em que se deram ligeiros retoques(*) (do “trabalhão” que deram os outros gráficos não se fala...). Estaremos numa paragem ou apeadeiro... O facto de hoje ser 15 de Julho justificá-lo-á. As férias impõem outro ritmo. Não que nós, autor destes “atrevimentos”, as tenhamos – agora... – mas o caminho tem pouco sentido sem a participação que as férias não facilitam. Se não houver propostas (ou protestos), vão sendo colocados – mas só às 3^{as}. – “posts” para não se perder de todo a embalagem, e só depois da Festa (sabem qual é, não sabem?!) se voltará às duas “postagens” semanais. Isto se não houver reclamações (há livro de)...

(*) - Os ligeir(ísim)os retoques foram apenas para fazer chavetas que salientassem os três níveis - modo de produção, formação social, consciência social - deixando o resto tal e qual, apesar de, mais uma vez, referir que a questão da designação de conceitos é muito importante. A propósito, recomendo vivamente a leitura dos destacáveis de *O Militante sobre Marx* e *O Manifesto*, particularmente, neste número de Julho, os artigos de *Eduardo Chitas* e de *Manuel Gusmão*.



Materialismo histórico - 14

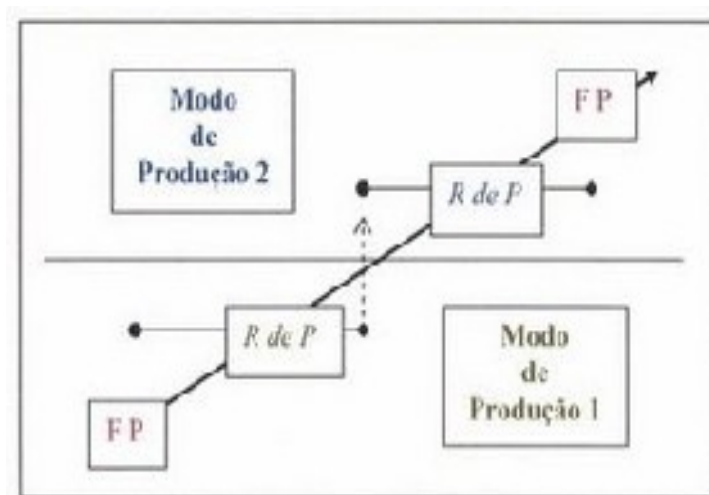
Terça-feira, Julho 22, 2008

Ao longo deste percurso tem havido a preocupação de que, na definição de alguns conceitos que se consideram prévios, nunca se esqueça o aspecto dinâmico de todos esses conceitos e das suas interconexões.

De qualquer modo, do *esquema da estrutura e do desenvolvimento social*, poderia reter-se alguma estaticidade, não obstante as setas com a intenção codificada de dinamizar, que nalguns casos houve até a preocupação de acrescentar ou ressaltar.

Assim, partindo toda a *acção* da "*lei do desenvolvimento progressivo das forças produtivas*" (ou de *produção*), resultante da relação ser humano/natureza, é ela que, pela divisão do e cooperação no trabalho, leva às *relações sociais de produção*, que são adequadas à fase desse "desenvolvimento progressivo", conformando-se *modos de produção* que respeitam a "*primeira lei fundamental da sociologia*" (segundo Lange).

Tudo isto mexe (*é histórico!*), e procurou-se dar-lhe uma expressão gráfica



Enquanto as forças produtivas (FP) se desenvolvem incessantemente, as relações de produção (RdeP) definem estádios ou patamares adequados às fases desse desenvolvimento, definindo modos de produção (MdeP), que começam a ser instáveis (a sofrer crises...) quando, face à continuidade do progresso nas forças produtivas, perdem adequabilidade e se criam situações de rotura, que podem ser remediadas, adiadas, que podem mesmo travar o desenvolvimento das FP, mas roturas que, inevitavelmente, virão a concretizar-se por passagem a novo patamar de RdeP e a novo MdeP.

Evidentemente que este esquema apenas pretende delinear, e por agora ainda sem a introdução indispensável do nível *consciência social*, toda a complexidade do processo histórico.

Materialismo histórico - 15

Terça-feira, Julho 29, 2008

Estes três últimos "episódios" - 13, 14 e 15 - formam um sub-conjunto. Neles, e a partir do esquema de Oskar Lange, se procura resumir e aprofundar a abordagem conceptual a partir da observação (histórica) da realidade, configurando a *formação social*, antes do "regresso" à observação (histórica) da realidade, vendo como se foram estruturando e desestruturando - formação, ascensão, apogeu e queda - os *modos de produção* e as *formações sociais*.

Mantendo os termos do esquema de Lange do episódio 13, sendo alguns discutíveis, no anterior representou-se (e legendou-se) como evoluem as *forças produtivas*, em crescendo permanente, e como as *relações de produção*, definidas em patamares, se adaptam, de rotura em rotura, de um modo de produção a outro. Mas a cada modo de produção *corresponde* uma parte da *consciência social* que é a sua **superestrutura**.

Todos estes níveis inter-agem, têm as suas dinâmicas mutuamente condicionadas. A partir de determinado momento (histórico, isto é, muito largo e sem fronteiras temporais definidas), o desenvolvimento das forças produtivas - pela relação ser humano-natureza -, que se ia fazendo em adequadas relações de produção, passa a ser travado (crises) e há uma exigência objectiva, pela 1ª lei da correspondência ("1ª lei fundamental da sociologia"), de mudança de patamar de relações de produção. Mas essa mudança não se concretiza naturalmente, sem resistências, pois as relações de produção são conservadoras, há interesses estabelecidos. Ao nível da superestrutura, essa resistência é ainda mais forte pois, como parte da consciência social, demora mais tempo (histórico) a adaptar-se ao que são as exigências objectivas do desenvolvimento das forças produtivas e dos modos de produção dificultando o cumprimento da "2ª lei fundamental da sociologia", da correspondência entre o modo de produção e a superestrutura, definindo uma nova formação social.

Essa resistência é reforçada pelo que são os "resquícios" das superestruturas de antigas formações sociais, embora essa maior resistência possa ser compensada pelos "germes" da supestrutura da futura formação social.

Em termos que podem, eventualmente, contribuir para fazer a "ponte" para o que se vai seguir: quando as forças produtivas criaram condições para que o *esclavagismo* seja substituído pelo *feudalismo*, as relações de produção que beneficiavam do modo de produção escravagista resistem e só são vencidas pela luta (de classes) que se desenvolve nessas condições objectivas; e essa luta confronta, por um lado, o conservadorismo da superestrutura da formação social do escravagismo reforçada por ideias ainda de formações sociais anteriores e, por outro lado, o germinar das ideias que, baseadas na dinâmica das forças produtivas, estão ligadas à recusa da escravatura e ao aproveitamento da terra como a fonte do valor, prefigurando a superestrutura do sistema feudal.



No entanto, e apesar destes esquemas, há que fugir aos esquematismos e procurar ver neles apenas um apoio para a reflexão sobre e a compreensão das dinâmicas sociais. Muitíssimo complexas

Materialismo histórico - 16

Terça-feira, Agosto 05, 2008



Num dos livros (com a “bagatela” de 458 páginas!) em que se pode apoiar esta enorme caminhada em pequenos passos, encontra-se este trecho:

“A análise da prática e, antes de mais, da actividade dos homens no domínio da produção material, iria permitir ligar a ideia da existência objectiva do mundo material à faculdade activa do pensamento humano. A compreensão correcta da prática humana constitui o ponto de partida tanto da *teoria* do conhecimento científico como de toda a *história* do conhecimento.”

A comunidade primitiva, que corresponde à pré-história da Humanidade e aos primeiros tempos da história escrita, e que durou centenas de milhares de anos, assentava num modo de produção comunitário com propriedade colectiva dos meios de produção-instrumentos de trabalho, só muito lentamente deixando estes de ser simples prolongamentos do corpo humano, com as *forças produtivas* quase exclusivamente limitadas ao corpo humano-trabalho.

As *relações de produção* eram comunitárias, e o *trabalho* realizava-se em *cooperação simples* com divisão *natural*, por sexo e por idade.

De uma produção comunitária resultava uma repartição dos produtos com a finalidade de permitir a *satisfação das necessidades de toda a comunidade*. Em regra, não havia excedentes da produção.

As relações familiares, de parentesco, *ligadas à reprodução natural da comunidade*, quando não exclusivas tinham a maior importância.

Era o costume, a tradição que regulava a vida em comum e um papel proeminente era representado pelos “*mais velhos*”, os mais experientes, os que “sabiam mais” porque mais tempo tinham vivido.

O facto das relações de parentesco, paternas, e sobretudo, maternas, serem decisivas, não obviava a que o *modo de produção* fosse decisivo, assentes essas relações de parentesco na de *divisão natural do trabalho* e promovendo o desenvolvimento, lento mas constante, das forças produtivas, pela retenção e acumular das experiências.

Materialismo histórico - 17

Terça-feira, Agosto 12, 2008

Na comunidade primitiva não havia classes, não havia Estados. Os seres humanos espalhavam-se pela Terra, formando grupos locais, mais ou menos isolados, clãs ou tribos. O *espaço*, ou melhor, os espaços eram aqueles que podiam percorrer as pernas dos que se aventuravam em busca de novos meios de subsistência para a comunidade. Para além da colheita, *aqui*, “armados” do que transformavam, da natureza, em prolongamentos do corpo.

No *tempo*, sempre colhendo, mas começando a pôr a natureza ao seu serviço, ao serviço das relações parentais, em que se materializava a divisão natural (por sexo e idade) do *trabalho*.

O ramo afilado que perfura, que se aguça, a lança que surge, a pedra que se junta ao ramo, que é afiada, o machado que aparece, o fogo que salta. A possibilidade de arrastar o que *ali* se “caçou”, ou *além* se “pescou”, para o local da comunidade onde se colhe o que *aqui* há, e tem ciclos, e se vai esgotando quando não renovado.



O ser humano aprendendo, apreendendo. E conquistando. Também conquistando espaço. Em que encontra outros, em que confronta outros de outras comunidades. Com quem luta. Pela mesma presa, pelo mesmo alimento (e pela pele que pode preservar do frio), e que, depois, arrasta para onde possa satisfazer necessidades da comunidade de que é, a que pertence.

Assim se melhorando, continuamente, a forma do ser humano se serviu da natureza, mas sem que a *força produtiva* essencial deixe de ser o **corpo humano**, a **força do trabalho** apenas com rudimentares (embora em progresso) instrumentos de trabalho e objectos de trabalho.

O machado de pedra afiada com que se abate e desmancha a carcaça de um animal é um *instrumento de trabalho*, a carcaça é um *objecto de trabalho*, que se pode tornar instrumento, tal o osso descarnado que se usa como mais um “*braço prolongado*” que arranca raízes, que chega a frutos, que defende de agressões e agride, que agride e defende de agressões.

Dispor de um corpo completo, em vez de apenas do que completa o próprio corpo começa a ser uma transformação essencial no modo de produção. Não matar aquele com que se lutou e venceu, mas pô-lo – de corpo inteiro – ao seu serviço, eis uma passagem na História, um ponto de rutura, em que *novas relações de produção* são possíveis (e exigidas!) pelo desenvolvimento das forças produtivas.

É o começo da divisão dos seres humanos não em comunidades, em que comunitariamente se vive, mas em *classes*, em que começa a haver “*exploração do homem pelo homem*”. Uns seres humanos *proprietários* de outros seres humanos, servindo-se dos corpos destes para satisfazerem as suas necessidades (e também as daqueles de que são donos para que, amanhã, os continuem a servir), assim se configurando novas relações sociais de produção, um modo de produção, uma formação social.



Materialismo histórico - anexo sobre a religião e a (tomada de) consciência

Sexta-feira, Agosto 15, 2008

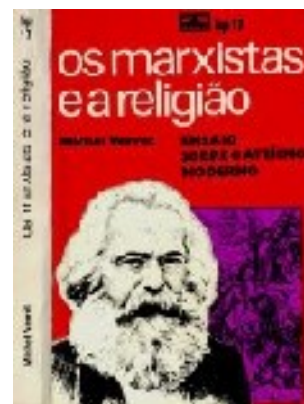
«O medo criou os deuses» (Lucrecio)

«(...) O homem procede do animal. O animal utiliza o meio (*que se tem designado por natureza*); o homem transforma-o e domina-o pelo trabalho. Mas esta superioridade só se adquire depois de uma longa aprendizagem histórica. De início as forças produtivas permanecem tão rudimentares que o panorama da natureza apenas se modificou. O homem permanece longo tempo em concorrência directa com o mundo animal do qual há pouco saíra. Aprende lentamente a adaptar o mundo vegetal às suas necessidades (*e a adaptar-se ao mundo animal e vegetal*). As catástrofes materiais – variações climáticas, inundações, epidemias – são por ele suportadas tal como imprevisíveis e incontroláveis destinos. A subalimentação e a insegurança condenam-no à permanente angústia. Como não adorar, como não suplicar ou rezear as forças das quais a existência depende? Não há plantas ou animais dos quais a necessidade não haja feito deuses.»
(...)

«Todavia o desenvolvimento das técnicas e a paralela acumulação do conhecimento empírico, científico depois, permitiram às sociedades mais desenvolvidas afirmar definitivamente o seu domínio sobre a natureza (*afirmar não é o mesmo que ter alcançado...*). A caça transforma-se num divertimento, a colheita numa festa feliz... Teriam, então, os Deuses acabado? (...)»

(dois trechos de **Os marxistas e a religião – ensaio sobre o ateísmo moderno**, Michel Verret, Prelo, BP, 1975)

sem mais comentários (aqui!...) além dos que estão entre parênteses.



Materialismo histórico - 18

Terça-feira, Agosto 19, 2008

Com as **novas relações de produção**, correspondendo ao desenvolvimento das forças produtivas, a sociedade deixou de ser predominantemente comunitária e começou a cindir-se em três grupos, formados em função das suas posições relativamente aos instrumentos de trabalho.



Eram *i)* os detentores dos instrumentos de trabalho, antes de todos os escravos, principal força produtiva, eram *ii)* os escravos e eram *iii)* os seres humanos livres, embora estes últimos, com o tempo, tendessem a tornar-se ou em escravos ou em detentores de instrumentos de trabalho, que não escravos, dominando a sua própria utilização.

Este processo é determinado pela evolução das *forças produtivas*. O braço que se prolongava com o ramo, a que se juntava a pedra, é também o braço que se prolongou do mesmo modo e criou o *arado*, que passou a revolver a terra, e a fazê-la produzir. Ainda não se tinham domesticado animais de (ou para) tracção mas o “outro”, o escravo, servia para conduzir o arado e para transportar de um lugar para outro o que antes de haver escravos era mais difícil de deslocar por menor ser a força de trabalho ou ser o esforço insuficiente. E para fazer tudo o que o proprietário desse *seu instrumento, ou até objecto*, quisesse

A tracção por arrastamento era penosa e, até à descoberta-invenção da *roda*, exigia um esforço por vezes sobre-humano. Esta descoberta ilustra, de forma evidente, o desenvolvimento das forças produtivas. Há quem considere a invenção de roda como a que possibilitou a maior transformação de todo o processo histórico, o que, sendo naturalmente discutível, não deixa de ter sentido se se pensar como tudo seria impossível sem a existência da roda que tudo antecede.

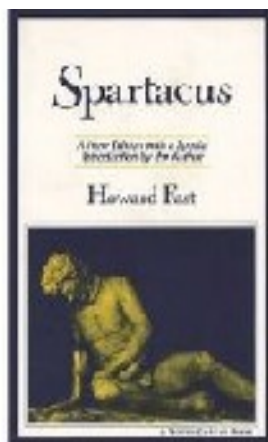


Quando cada indivíduo, ou a comunidade em que se integrava, apenas colhia ou produzia o estritamente necessário para sobreviver, era impossível a exploração do homem pelo homem. Só quando o domínio sobre a natureza e a crescente disponibilidade de meios de produção passou a permitir que se colhessem ou produzissem mais bens que os necessários para a sobrevivência do produtor (ou da comunidade) é que foi possível um grupo de seres humanos fazer trabalhar outros seres humanos, retendo para si o *sobre-produto* do seu labor, o que sobrava do necessário para a sua própria sobrevivência.

E se assim, neste *modo de produção*, começou a *exploração do homem pelo homem*, também a História começou a ser a história da *luta de classes*.

Materialismo histórico - 19

Terça-feira, Agosto 26, 2008



A descoberta-invenção da roda, o seu uso em diversíssimas circunstâncias, a domesticação de alguns animais, correspondia a transformações fundamentais nas forças produtivas. O corpo, os braços, as mãos, as pernas que percorriam caminhos, tinham sempre novos e cada vez mais importantes complementos e auxiliares.

A possibilidade de atrelar ao peito animais domesticados, com muito mais força e resistência que o ser humano, mudou condições objectivas com que se fazia o arado penetrar a terra, torná-la objecto de trabalho e fértil, com que se podia transportar grandes pesos, já não por arrastamento porque havia a roda, com que se podia ir muito para além e mais depressa do que as pernas e os pulmões permitiam.

Os *escravos* não deixaram de ser a **principal força produtiva** de um momento (histórico!) para o outro, mas começou a haver outras forças produtivas que os podiam substituir e, nalguns casos, com grande vantagem. Basta pensar na diferença entre arrastar pesos apenas com a força humana, e poder fazê-lo com animais de tracção, atrelados ao peito, e sobre rodas.

No entanto, não foram, apenas, as mudanças nas condições objectivas. A exploração dos escravos agravava cada vez mais a contradição fundamental entre os possuidores de escravos e os escravos, produtores directos de bens materiais. Se havia *classes*, começou a haver *luta de classes*, sob a forma de *revoltas de escravos*.

A mais famosa de todas foi a conhecida por “*third servile war*” e pelo nome de **Spartacus**. Sobre esta revolta há um livro, de *Howard Fast* e, a partir deste livro, um filme, de *Stanley Kubrick* (que teve, em 1961, 4 Óscares), em que se podem encontrar todos os sinais de uma dinâmica histórica que, com ou sem a consciência dos autores, é a do materialismo histórico.

Entretanto, e é necessário sublinhá-lo, para retomar já a seguir, o facto – importantíssimo – de, no modo de produção e formação social do escravagismo haver excedentes, isto é, bens ou produtos que excediam as necessidades dos seus produtores directos, introduz a categoria económica da *troca*.



Materialismo histórico - 20

Terça-feira, Setembro 02, 2008

- Quando seres humanos começaram a ter “tempo livre” porque deixaram de ter todo o tempo de vida ocupado pela satisfação das suas necessidades de sobrevivência como matéria provisoriamente organizada;
- quando uns seres humanos se apropriaram de outros seres humanos, porque estes lhes serviam como força produtiva fundamental, colhendo e criando o suficiente para eles próprios sobreviverem e ainda excedentes para os seus proprietários disporem de “tempo livre”;
- quando não só se aprendia e apreendia e transmitia, aos contemporâneos e aos vindouros, o *modo como* completar o corpo para colocar a natureza (incluindo outros seres humanos) ao seu serviço

os seres humanos começaram a ter representações do que viviam e tinha sido vivido, a tomar consciência do tempo que era o seu, a perspectivar como viria a ser, a pensar!, a ter ideias, *ideologia*.

O escravagismo não foi (não é) apenas *um modo de produção*, definido pelo nível atingido pelo desenvolvimento das *forças produtivas* e pelo estágio das *relações sociais de produção*, com a prevalência da questão da *propriedade* de outros seres humanos.

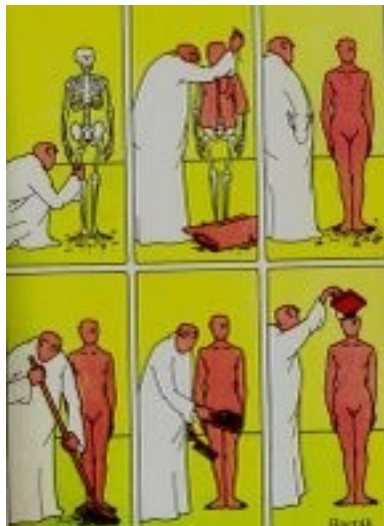
Foi (é), também, *uma formação social*, uma consciência social, uma ideologia, correspondente ao modo de produção, resquícios das representações das comunidades primitivas, germens de modos de produção futuros. Porque as forças produtivas não podiam (não podem) deter-se no seu desenvolvimento, e exigiam (exigem) outras relações sociais de produção.



Ora, havendo **excedentes**, colhendo e produzindo os escravos mais do que seria necessário para que a sua sobrevivência fosse assegurada pelos proprietários (enquanto útil a estes), e possibilitando as novas forças produtivas que cada vez mais e maiores fossem sendo esses excedentes, a *troca* é a consequência de o trabalho de colheita e de produção ter deixado de colher e produzir para quem trabalha, para a satisfação das suas necessidades e dos seus proprietários (no modo de produção da escravatura), de cada vez mais o que uns colhem e produzem viesse sendo colhido e produzido para ser trocado pelo que outros colhem ou produzem.

Materialismo histórico - 21 - a representação de coisa nenhuma

Sexta-feira, Setembro 05, 2008



Não se quer entrar por caminhos complicados. Mas todos o são com a preocupação de se estar a ser "sério", embora sem a pretensão de fazer mais do que apontar pistas de reflexão. Sérias, mas apenas pistas. Já quando se falou do aparecimento (descoberta-invenção) da *roda*, e noutros passos, se sentiu necessidade de fazer este alerta: não se pretende estar a “fazer” ou a “refazer” História. Estes episódios sobre materialismo histórico resultam de estudo, de reflexão, e pretendem, apenas, estimular reflexão.

Parafraseando Gedeão, e na sequência do último “passo”, quando o homem se põe a pensar o mundo pula e avança. Ora, quando o ser humano começou a ter **coisas suas**, iniciadas as relações sociais com base na *propriedade*, começou a ter necessidade de as contar, para saber se alguma perdera ou lhe fora roubada (ou acrescentada...).

Quantos escravos são os **meus**?, quantas cabeças de gado são as *minhas*?

Perguntas simples, pouco mais que primitivas. Como responder? Como sempre, com o que se tinha à mão: *a mão*! Tantos escravos quantos os dedos da mão que se recolhem, com simbologia que a romana (mas não só) expressa bem, fazendo-a corresponder aos dedos – I, II, III, IIII – e à mão, se é a mão toda – V –; se ainda há escravos para além da “mão cheia” juntam-se-lhe dedos – VI, VII, VIII –, mas se já forem muitos mas as duas mãos ainda tem dedo de sobra, pode procurar-se ajuda para fazer as contas que servem para ver se está tudo certo – IX –, e se chegar outro passam a ser as duas mãos – X. E por aí fora, arranjando sinais, (ar)riscando.

Mais uma vez, a *correspondência* (agora entre corpo, dedos, e coisas) a dar resposta à satisfação de uma necessidade.

E, como sempre, as necessidades reais a exigirem mais e mais. Um enorme salto foi o da *descoberta do ZERO, do 0*. Que é a correspondência a coisa nenhuma. A abstracção levada à sua representação, à sua simbolização.

A existência do 0 (zero) foi da maior importância para o desenvolvimento das forças produtivas. Porque, entre outros factos, possibilitou que os seres humanos passassem a poder operar com números a partir de uma simbologia decimal - pois se temos dez dedos à mão (normalmente)! -, em que o nada também se representa. Uma dezena (duas mãos, um corpo!) e nada de outra mão de outro corpo: 10! E por aí fora...

(Experimente-se fazer operações simples, de multiplicar, por exemplo, 514 por 28 em numeração romana – DXIV vezes XXVIII!)

Para não falar de outras complicações, e em outros sistemas e simbologias numéricos (ou “linguagens”) que o decimal veio a possibilitar. E que também travou, porque muito mais racional teria sido a passagem por um sistema duodecimal, o que explica o recurso à dúzia, ao quarteirão, à grossa (doze dúzias, isto é, 144 em sistema decimal e 100 em sistema duodecimal). Mas não nascemos com 6 dedos em cada mão...

Espero não ter abusado... e afastado “clientela! Mas, em materialismo histórico, tem de se referir esta determinante descoberta!

Materialismo histórico - 22

Terça-feira, Setembro 09, 2008

A Festa é a Festa. É a Festa.

Na Festa encontramos-nos. Vendo-nos envelhecer, vendo crescer outros e outras, uns e umas que parecem ter nascido na Festa.

Nesta “página” do M.H. tem de estar a vivência destes dias. E há razões para isso. Muitas.

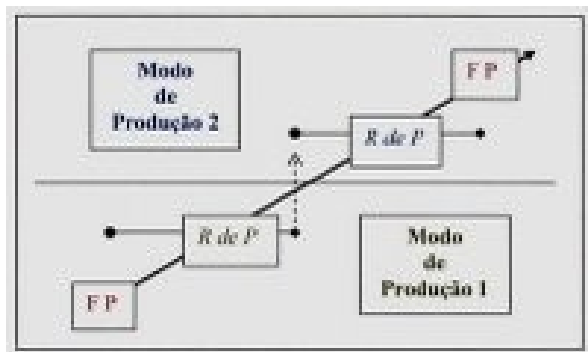
Uma delas, talvez a mais funda – é, pelo menos no plano afectivo – foi... uma prenda! Esta:

Uma Amiga deu-se ao trabalho de imprimir os 20 primeiros episódios e, com eles, fez um volume de que me ofereceu cópia.

Se logo fiquei grato, e emocionado!, no regresso da Festa folhee o volumezinho e muito aprendi. Sobre M.H. E sobre os riscos e as virtualidades da “aventura” em que me meti.

Não tinha considerado esta possibilidade de edição – assim – de “episódios” que, embora respeitando um esquema e uma linha de progressão pré-estabelecida, “saem ao momento” serem juntos num mesmo volume, ressaltando dois aspectos, a sua “mimentalidade” – aliás, como tenho sublinhado, tendo muito em atenção comentários – e a ausência de sentido de conjunto dos textos e gravuras – embora cumprindo um esquema – o que, aliás, se entre-explica.

De qualquer modo, esta prenda – que prenda é – obriga a um patamar de reflexão. Se o M.H. se pode assemelhar a uma rampa ascendente – as *forças produtivas* – onde se incrustam degraus e patamares – as **relações de produção** – assim é porque assim é a vida. Um processo ininterrupto com degraus e patamares.



Recusando esquematismos, mas usando esquemas gráficos, já se ilustrou com os *modos de produção*:

E daqui surge a possibilidade de, por extensão, aproveitar o que é suscitado por esta “edição em volume” das “páginas” soltas deste trabalho.

Ou seja, tal como no processo histórico a comunidade primitiva se alongou por séculos de séculos, a que se seguiu a predominância do modo de produção e da formação social escravagista e, depois, depois a do feudalismo e, desde há pouco mais de dois séculos, a do

capitalismo, com as suas crises, rupturas e adiamentos de ruptura, como se fossem patamares, esses modos e formações podem representar patamares, também na nossa vida, nos posts que blogamos, vamos subindo degraus e, por vezes, tem de se avaliar o que se está a fazer, num patamar de reflexão.



Como esta “edição” que me foi ofertada ajuda a fazer. Temos é de continuar. Como a luta!

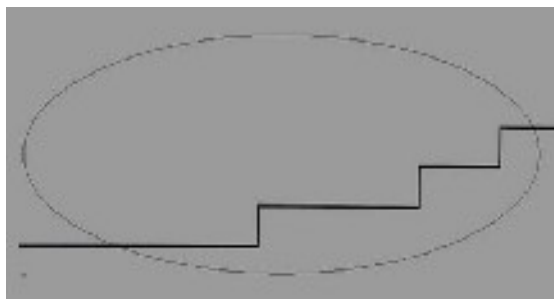


Materialismo histórico - 23

Terça-feira, Setembro 16, 2008

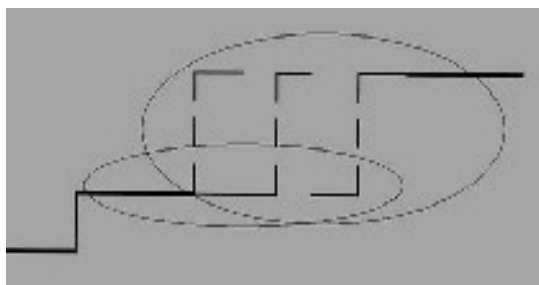
Retome-se o trilho.

Mas, antes de o fazermos no momento da História em que foi deixado, termine-se a reflexão suscitada pela pausa provocada por vários (e bons) motivos.



Esta ilustração gráfica do materialismo histórico, com a comunidade primitiva, o escravagismo, o feudalismo, o capitalismo como patamares de um caminho da Humanidade, exige um complemento. Além da intenção de, através do diferente tamanho dos “patamares”, dar a ideia de que há um evidente diferente dimensionamento temporal de cada modo de produção e formação social, deve acrescentar-se que a passagem a um patamar superior não representa a extinção imediata e completa dos anteriores. Em muitas zonas do mundo há situações ainda assimiláveis a comunidade primitiva, em muitas “cabeças”, ao nível da consciência social, há quem pense como se estivesse no escravagismo, no feudalismo, no salazarismo (e a estes “estádios” desejasse voltar). Por outro lado, as roturas, isto é, as passagens ao degrau acima, quando vistas de perto, ou melhor, quando vividas na contemporaneidade, não são momentos (históricos) simples, sem passos atrás (*dois passos atrás, um passo em frente* – Lenine).

Vendo à lupa a actualidade (séculos XX e XXI), poderia ser assim representado o que avançou, o que recuou e o que (é nossa convicção) se perspectiva em virtude da leitura das dinâmicas económico-político-sociais, em que o patamar mais acima (e não o último) é o do *SOCIALISMO*:



Então, até ao *feudalismo* e à *troca...* de que os “leitores” estarão à espera há alguns episódios.

Materialismo histórico - 24

Terça-feira, Setembro 23, 2008

Recomeçamos, então. Aliás, nós não fazemos outra coisa que não seja recomeçar, como diria (mais ou menos) o sr. *Jacques Brel*, se tivesse falado português. Sim, porque “isto” do *materialismo histórico* pode ser contado e conversado de muitas maneiras, até a cantar.

Ora no episódio 20, ainda no escravagismo, foi escrito que: “*Ora, havendo excedentes, colhendo e produzindo os escravos mais do que seria necessário para que a sua sobrevivência fosse assegurada pelos proprietários (enquanto útil a estes), e possibilitando as novas forças produtivas que cada vez mais e maiores fossem sendo esses excedentes, a troca é a consequência de o trabalho de colheita e de produção ter deixado de colher e produzir para quem trabalha, para a satisfação das suas necessidades e dos seus proprietários (no modo de produção da escravatura), de cada vez mais o que uns colhem e produzem viesse sendo colhido e produzido para ser trocado pelo que outros colhem ou produzem.*”

E é antes de se abordar a passagem ao patamar seguinte, ao *feudalismo*, que se antolha muito útil escrever sobre a *troca*, aliás, conversa já várias vezes prometida (ou ameaçada) e adiada.

Se uma comunidade de humanos - até porque integrou elementos, também humanos mas escravos de que se serve como instrumentos - recolhe da natureza e produz, transformando a natureza, para além do que necessita para satisfazer as suas necessidades próprias, de sobrevivência, de um determinado bem, e se, para satisfazer algumas outras das suas necessidades, começa a recorrer ao que outras comunidades recolhem e produzem para além do que as suas necessidades exigem, está a entrar-se abertamente no *tempo (histórico) da troca* e dão-se os primeiros passos no “*reino da mercadoria*”. O que tinha um *valor de uso*, porque satisfazia necessidades, passa a ter, também, *valor de troca*.

Aqui - “*lugar 1*” -, produziram-se x medidas de trigo tirado da terra, ali - “*lugar 2*” -, produziram-se y medidas de pano tirado de peles. Aqui - 1 -, sobraram, do uso próprio (ux_1 , ou seja, parte do trigo usado em 1), $x-ux_1$ medidas de trigo e, ali - 2 -, sobraram do uso próprio (ou seja, parte do pano usado em 2), $y-uy_2$ medidas de pano. Como em 1 se necessita de pano e em 2 se necessita de trigo, *uma parte ou a totalidade de $x-u_1$ troca-se com uma parte ou a totalidade de $y-u_2$.*


$$M \leftarrow = \rightarrow M$$

E quem quiser tentar perceber o que está para trás e o que vai vir, como é o caso deste escriba, tem de reter esta passagem, até porque a esta ilustração outras se seguirão (algumas já desenhadas, à espera de oportunidade para aparecerem) como sua sequência.

Adenda a materialismo histórico – 24A

Quarta-feira, Setembro 24, 2008

(De onde menos se espera, de um comentário que de antemão se sabe que vem com intenções duvidosas ou, sem sombra de dúvidas, para “chatear”, salta uma questão interessantíssima. Cá por mim, rejubilo. Bem-vindo comentário!)

As questões da *troca equivalente* e da *troca desigual* desafiam para umas considerações de natureza linguística.

O que em português chamamos *troca*, em francês pode ser *troc* ou *échange*. Por exemplo, *L'échange inégale*, o original de **Arghiri Emmanuel**, que foi muito lido – e usado – no final dos anos 60/começo dos anos 70, foi editado em português com o título *A troca desigual*. E de que outra forma poderia ser?

Mas o facto é que são, em francês, conceitos diferentes que têm a mesma, e por isso perturbadora, designação em português.



No dicionário que me acompanha há décadas, e que por vezes parece ganhar actualidade, lá está, como “cabeça”, intróito aos respectivos artigos:

Echanges – (traduzo:) *termo genérico para designar os movimentos das mercadorias, efectuando-se quer directamente quer por intermédio da moeda.*

Troc – (traduzo:) *forma de troca (échange) não monetária que consiste em trocar (échanger) directamente um objecto contra um outro.*

A diferença (enorme!) está em que a troca-échange é genérica e a troca-troc é não-monetária e directa, objecto por objecto.

A partir da dúvida do comentário – fosse qual fosse a intenção do comentador –, fique claro que a troca a que me refiro neste passo (24) do “materialismo histórico” é a troca-troc, não-monetária e directamente de objecto contra objecto, com estes já a tomarem a forma conceptual de mercadoria.

Como se verá adiante, este “pormenor” tem a maior importância. Aliás, não é por acaso que aparece aquele sinal de igual (=) na ilustração gráfica, em que - talvez! - as setas devessem estar ao contrário.

Discurso sobre "materialismo histórico"

Quinta-feira, Setembro 25, 2008

Minhas senhoras e meus senhores,

Não vou, evidentemente, esgotar-me de esclarecimento em esclarecimento até ao esclarecimento final...

Esta série sobre "*materialismo histórico*" surgiu de uma proposta-desafio que veio ao encontro de um procedimento pessoal já velho de muitas décadas, e que muito gostaria de ir apurando: observar a realidade que vivo, e nela intervir, escorado numa perspectiva global - quer no espaço quer no tempo - sempre em revisita. Isto é, procurar descortinar os caboucos e as dinâmicas em cada facto observado e vivido, para que a intervenção possa ser de acordo com o que desejo e defendo. Errando aqui, corrigindo ali. **Sempre com os outros.** Os que já viveram e os que me são contemporâneos.

Se não "*fechamos para congresso*" – fórmula que muito me agrada porque a vida e a luta não param para que congressemos – não podemos deixar de fazer o vai-vem da História para confrontar o que estamos fazendo com os caminhos feitos e as dinâmicas detectáveis.

Nesta série, sinto-me a fazer, de novo, uma viagem sempre repetida e sempre nova. E não será ela que me impedirá de intervir, com o instrumental que, pela viagem, mais actualizado e adequado quero que esteja. Se o consigo ou não é outra questão...

Não abordo lucro, especulação, financeirização, transnacionalização, e etc. sem a permanente revisita dos mecanismos da exploração, da mais-valia, sem o "mercado mundial" do *Manifesto* e o imperialismo leniniano, sem o voltar à circulação e o regresso à origem dos circuitos e às (sem) razões das injeções monetárias, sem o capital a perder rosto, e como o vai perdendo enquanto ganha personagens-vedetas em ideologia doentivamente individualista. Sempre na busca de o *que fazer* em respostas colectivas.

Nesta viagem continuarei sem deixar de estar onde estou. E intervindo em cada gesto e minuto *deste tempo*.

Tenho dito e obrigado pela atenção.

Materialismo histórico – 25

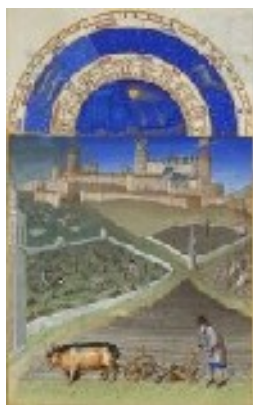
Terça-feira, Setembro 30, 2008

As novas condições materiais, qualitativamente diferentes num processo dialéctico, impõem *novas relações de produção*, novos modos dos seres humanos se relacionarem e produzirem.

O fogo, a roda, o zero, o “atrelar ao peito”, a descoberta e a criação de novos materiais, a transformação de objectos de trabalho em instrumentos de trabalho, tudo converge num *desenvolvimento acelerado das forças produtivas*.

A *terra* aparece como a criadora de *valor*, isto é, com a capacidade de criar bens e produtos que, pelo *uso*, satisfazem necessidades e, depois, pela *troca*, são tornados acessíveis a essa satisfação, valor que não é senão “*a mera gelatina do trabalho indiferenciado*” (*O Capital*)^[1]

Da *escravatura* passou-se ao *feudalismo*. Não como golpe de mágica, não como mudança em *um momento* e em *todo o universo*. Na dinâmica do processo histórico passou a ser predominante ou mais significativo o modo de produção e a formação social que se pode – e ao que penso acertadamente – definir como *feudal*.



Neste modo de produção e formação social, a base material assenta no trabalho sobre a terra, com os instrumentos que então, nesse momento (histórico, ou seja, séculos), apoiavam a força de trabalho. Nas relações sociais de produção as predominantes são as de quem possui a terra com quem a trabalha, entre os *senhores* (da terra, classe dominante) e os *servos* (camponeses ligados à gleba e obrigados a fornecer um sobretrabalho, desprovidos de meios de produção sobretudo de terra).

O *servo da gleba*, à diferença do escravo, não é uma mercadoria, está ligado à terra e só com ela pode ser vendido pelos senhores, enquanto tal direito (dos senhores de vender servos com a terra, dos servos de não serem vendidos como coisa à parte) estiver incluído nas relações de produção que se vão transformando, sem perderem a sua natureza de classe e no quadro da luta de classes.

Em esquema (que não pode ser redutor), o feudalismo engendrou, sob a autoridade superior de um monarca, duas categorias de privilegiados, o *clero* e a *nobreza*, e um “*terceiro estado*” agrupando estratos nascentes da burguesia, além do *Povo*, dos trabalhadores dos campos e das cidades directamente dependentes da monarquia, do clero e da nobreza.

^[1] - mas sobre esta questão fica tanto por dizer...

Materialismo histórico – 26

Sexta-feira, Outubro 03, 2008

Nestes períodos históricos torna-se predominante a *produção mercantil*, isto é, a organização da economia social em que os produtos não se destinam ao consumo de quem os produz mas à troca. Assim surge o “reino” da *mercadoria*, um produto que, se produzido para satisfazer necessidades dos seres humanos, é produzido, não para ser consumido imediatamente – no sentido temporal e no sentido de ausência de agentes mediatos, intermediários –, mas para ser trocado.

Começa a haver *circulação* de mercadorias entre produtores e consumidores, que por sua vez são produtores de outras mercadorias de que os outros produtores são consumidores, e lugares de encontro, feiras e *mercados*.

Aqui chegados, resolveu-se ir à “fonte”, beber um pouco de água que saciasse um pouco a sede permanente.

Abriu-se *O Capital* (na pág. 101 do livro 1º, tomo 1) e ficou-se saboreando: «Na troca de produtos imediata[1], cada mercadoria é meio de troca imediata para o seu possuidor[2] e equivalente para o seu não-possuidor, mas apenas na medida em que é para ele um valor de uso. Assim, o artigo em troca não recebe ainda qualquer forma-valor independente do seu próprio valor de uso ou da necessidade individual daqueles que trocam. A necessidade dessa forma desenvolve-se com o número e a diversidade crescentes das mercadorias que entram no processo de troca. O problema surge simultaneamente com os meios para a sua solução. Um intercâmbio[3] em que os possuidores de mercadorias troquem e comparem os seus próprios artigos com diversos outros artigos nunca se verifica sem que diversas mercadorias de diversos possuidores sejam, no interior do seu intercâmbio, trocadas por uma e mesma terceira espécie de mercadorias e comparadas como valores. Essa terceira mercadoria, na medida em que se torna equivalente para diversas outras mercadorias, recebe imediatamente, se bem que dentro de limites estreitos, a forma de equivalente geral ou social. Esta forma de equivalente geral nasce e perece com o contacto social momentâneo que lhe deu vida. De modo alternado e passageiro advém a esta ou àquela mercadoria. Porém, com o desenvolvimento da troca de mercadorias, ela fixa-se exclusivamente a espécies particulares de mercadorias ou fixa-se na forma-dinheiro.»



Gado, peles, sal, conchas, o próprio homem na situação de escravo. Mas, como Marx sublinha (e foge-se, agora, à tentação de recomendar a transcrever), nunca a *terra* foi usada como essa terceira mercadoria, equivalente geral, pois essa “solução” apenas surgiu na sociedade burguesa desenvolvida, na parte final do século XVII, quando as relações sociais que definem o feudalismo já estavam na sua fase de inadequação ou de não-correspondência com o desenvolvimento das forças produtivas, para o que a circulação e o dinheiro, com novas funções, muito contribuíram.

[1] Insisto nas duas formas de entender o vocábulo *imediato*, questão em que laboro há décadas e que, nesta transcrição, significativamente me assaltou. Adiante, e a propósito do *saber como força produtiva* - quando/se lá chegar - ,se verá a razão inicial desta (para mim) magna questão

[2] - Não se tratou (ainda?!) da questão da *propriedade* que teria começado com os escravo e passa para a terra e as mercadorias.

[3] - Relativamente ao episódio 24-anexo, os tradutores para *edições avante!* de *O Capital*, com a sua justamente reconhecida qualidade e exigência, encontraram as formas *troca* e *intercâmbio* para o que, nesse episódio, se designou por *troca-troc* e *troca-échange*, até porque o original não é francês...

Materialismo histórico - 27

Segunda-feira, Outubro 06, 2008

Ao princípio, era o corpo. Como acontece com os animais (outros) que não se domesticam, que não são domesticáveis, que não são postos em cativeiro. Que assim sobrevivem. Apenas com o seu corpo, procurando mantê-lo vivo. E reproduzindo-se. Como acto natural, repetido, sazonal.

Ao princípio, era o corpo. O corpo seu, e o que o pudesse prolongar. Um ramo, uma pedra. O que o ajudasse a tornar a natureza, a que também o corpo pertencia, mais acessível à satisfação das suas necessidades. Fazendo, aos poucos, milénio a milénio, século a século, ano a ano, dia a dia, do que lhe prolongava o corpo, objecto e instrumento de trabalho.



Depois, corpos tornaram corpos de outros seu objecto e instrumento, puseram-nos a trabalhar para si como tinham feito com os ramos, as pedras e o que se lhes seguira e juntara. Dividiram-se: *uns donos e outros escravos*.

Mas era a *terra* que trabalhavam, o corpo, o que o prolongava, os corpos de outros, semelhantes, feitos *coisas possuídas, instrumentos e objectos, meios de produção*. Era a posse da terra que determinava, que dividia *uns em senhores e outros em servos*.

Os *meios de produção* foram ganhando crescente importância. Substituindo o corpo e o que o prolongava. Aparentemente, separando-se dos corpos de que eram complemento. Fazendo dos corpos a aparência de que, eles sim, eram o complemento dos meios de produção. Dos instrumentos e objectos. *De trabalho*.

O que importava possuir deixou de ser o outro, que de escravo em servo se tornou e de servo se liberta, já não é tanto a terra, que ela parece só produzir o que as *máquinas* a fazem produzir, substituindo a força dos braços, dos corpos escravos e dos corpos servos, dos animais domesticados, de tracção e de lavra. O que há que possuir são mesmo as máquinas e, assim, os produtos das máquinas que transformam as *matérias primas* daqui para ali transportadas por outras máquinas, por vias criadas pela força de trabalho e seus meios de complemento, ou talvez – dizem uns... – o seu inverso. Vias de caminhos abertos, de serventias a auto-estradas, de caminhos sobre ferro, de caminhos sobre as águas, de caminhos em voo como as aves, de caminhos por túneis feitos à imitação de toupeiras e outros.

Uns, apropriando-se do que a Humanidade foi conquistando gesto a gesto, passo a passo, conquistas que – é verdade! – fizeram crescer enormemente; *outros, despojados de tudo menos da sua força de trabalho* e da tarefa de concretizar as conquistas, as de antes, as de agora, as de sempre. Despojados de tudo, menos do regateado acesso, em troca de horas de utilização dessa força de trabalho, às necessidades que foram crescendo, e sendo diferentes, e sendo novas, como resultado do caminhar pelos caminhos feitos.

Ao princípio, era o corpo, como hoje é o corpo, desde os braços única força, e fio de vontade e alavanca e tudo, até à força dos dedos que carregam em botões, à força do conhecimento acumulado em dias, anos, séculos, milénios de aprendizagem, de ver, reter, transmitir aos outros. E assim continuou o caminho dos seres humanos. E assim continuará.

Materialismo histórico - 28

Sexta-feira, Outubro 10, 2008

De uma forma um pouco diferente, sob a inspiração do momento da escrita, ter-se-ia chegado, no último passo, ao *capitalismo*. Como modo de produção e como formação social.

Se no *feudalismo* a **terra** era a **força produtiva nuclear**, dela se procurando tirar tudo o que era possível com a ajuda dos meios adquiridos, dos instrumentos de trabalho que sobre ela, enquanto objecto de trabalho, agiam, no *capitalismo* a *força produtiva nuclear* passou a ser os *instrumentos de trabalho*.

E se no *feudalismo* a *relação social fulcral* era entre os *senhores da terra* e os *servos da gleba*, no *capitalismo* passou a ser entre os *detentores dos meios de produção*, sobretudo dos instrumentos de trabalho, e os *trabalhadores*, sobretudo os operários, os que operam com esses instrumentos.

Eram estas as *linhas dinâmicas gerais* e repete-se (até à exaustão, de quem lê e de quem escreve) a prevenção de que não se pretende estar a escrever História mas tão-só a que este caminho de que se procura dar notícia não seja mais que o de grandes etapas por que passou a Humanidade.



O arado de madeira dera lugar à charrua de ferro, a tracção por animais cada vez melhor domesticados e com melhores aparelhos passou a ter outros propulsores, como com a máquina a vapor, as ferramentas tornaram-se máquinas-ferramentas, criaram-se debulhadoras, empilhadoras, tudo o que continuava uma evolução imparável no aproveitamento da natureza e das transformações nela introduzidas pela *força de trabalho para complementar a força de trabalho*.

“A burguesia desempenhou na história um papel altamente revolucionário”. Quem o escreveu foi Marx e Engels no *Manifesto*, e são páginas que se devem ler como autênticas lições de objectividade. “*Tudo o que era dos estados (ou ordens sociais – ständish) e estável se volatiliza, tudo o que era sagrado é dessagrado, e os homens são por fim obrigados a encarar com olhos prosaicos a sua posição na vida, as suas ligações recíprocas.*”

Há que não perturbar a escrita (e a leitura) com juízos de valor escorados em condições, princípios, valores enfim, de hoje e de aqui. Na ruptura com o feudalismo como modo e formação social predominantes, o capitalismo caracteriza-se por

- grande aceleração do desenvolvimento das forças produtivas
- trabalho assalariado
- relação fundamental capital-trabalho, em que o primeiro termo significa a propriedade dos meios de produção e de troca por uma classe, e o segundo termo a força de trabalho tornada mercadoria
- a lei fulcral da produção acrescida da mais-valia proveniente da exploração do trabalho assalariado.

Como é evidente, tudo isto tem de ser muito explicadinho, com a certeza de que a todo o momento há mudanças, quando não convulsões. De crises se falará.

Materialismo histórico - 29

Terça-feira, Outubro 14, 2008

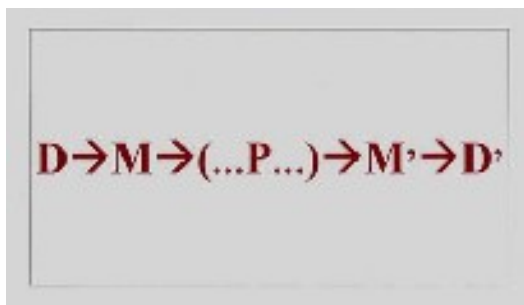
Assim se chegou ao capitalismo, como modo de produção e como formação social. Não como fim da História. Simplesmente como o patamar em que nos calhou viver. E procurar perceber a vida que vivemos.

Mas... *o que é o capital?* O capital não é uma coisa nem uma relação entre coisas, o capital é uma *relação social de produção* que se estabelece em determinado momento histórico imposta por uma classe, a *burguesia* – detentora dos meios de produção –, a uma outra que ela própria faz nascer no seu bojo, o *proletariado*, e é, igualmente, um *valor* que permite a essa classe, em determinadas condições históricas, a apropriação de mais-valias por via da exploração do trabalho assalariado.

O seu aparecimento temporal coincide – e não por acaso – com a discussão do conceito de *valor*, que, nas suas várias formas de se exprimir, assenta na propriedade específica de um bem ou produto (a partir de certa altura, mercadoria) *satisfazer determinadas necessidades sociais*, isto é, de necessidades dos seres humanos no momento histórico que vivem.

Depois de ter sido atribuída a origem do valor à natureza, à “**terra**” de onde se colhiam os “frutos”, os clássicos da economia política (David Ricardo, sobretudo) deram um importante passo ao considerarem estar essa origem no *trabalho* e, com Marx, ao fazer a distinção entre *trabalho abstracto* e *trabalho concreto*, entre *valor de uso* e *valor de troca*, o estudo da teoria do valor e das suas formas foi desenvolvido. E tem de o continuar a ser. Por outros lados e ocasiões se procura fazê-lo.

Enquanto valor, o capital é um valor *monetário* que se investe com vista a reproduzir-se, na sua génese e essência através da exploração dos trabalhadores.



Este gráfico procura ilustrar como se reproduz o capital sob a forma monetária, tendo por base a criação de valor pelos trabalhadores na produção de mercadorias.

Com **D** (dinheiro) os capitalistas compram **M** (mercadorias: por exemplo, fios, botões, pano, máquinas de costura, energia – *troca igual* – e força de trabalho – *troca desigual*), em (...**P**...), processo produtivo, produz-se **M'** (mercadorias resultantes de M, a que se somou valor: por exemplo, camisas) e que se troca por **D'** (mais dinheiro).

A **mais-valia** apropriada resulta de o valor acrescentado pelas horas de uso de força de trabalho não terem sido todas trocadas por salário, sendo este insuficiente para que os trabalhadores, proprietários dessa mercadoria-força de trabalho, possam ter acesso ao produto que produziram, a que acrescentaram valor, mas apenas ao que lhes possibilita a satisfação de algumas das suas necessidades.

Materialismo histórico - 29A (ou anexo)

Sexta-feira, Outubro 17, 2008

*Um escândalo, uma ilustração, um destaque
e uma leitura materialista dialéctico-histórica*

Do muito que se vai lendo e ouvindo, retém-se o que se pode chamar *escândalo* e que é o facto, evidente (e escandaloso!), de se fazer uma verdadeira barragem ou conspiração do silêncio à volta de quem, colectiva ou individualmente, previu e preveniu sobre o *caminho por onde ia a economia, ao financeirizar-se sem medida ou medidas*. Ignorando pela calada quem previu e preveniu, partidariamente, sindicalmente ou individualmente, e defende rupturas com o sistema como única alternativa que não a de desastre ou de avanço de contradição em contradição até à catástrofe, dando todas as palavras e imagens aos que, ou não previram, ou, tendo previsto, não preveniram, ou não previram e muito menos preveniram.

A *ilustrar*, uma coisa chamada “**conselho dos 12**” no semanário *Expresso* mantém a “selecção” com ex-ministros das finanças, directores de bancos e de grandes empresas e reputadíssimos técnicos de formação (digamos) conservadora, sem permitir que qualquer dos “tais” diga qualquer coisinha sobre o que previram e preveniram. E é curioso que esses 12, em perfeita consonância, em total unanimidade, “votariam” Obama, agora usado como esperança/ilusão para os tempos próximos, como é de uso ao ir buscar-se ao stock personagens que se apresentam como vindo mudar as coisas para que tudo fique na mesma, perdão, nos mesmos, sendo estes cada vez menos.

Destaque: Teodora Cardoso disse: “Aquilo a que estamos a assistir é antes o fim de um ciclo político longo assente na ideia da redução do peso do Estado e da perfeição dos mercados, que tinha surgido como reacção às ideias opostas. Agora importaria não esquecer essas experiências, confiar menos na ideologia (ainda que mascarada de ciência) e aceitar que o mundo global exige regras globais, a par com o respeito da diversidade, um grande programa político.”

Deixando para outra oportunidade a questão da ideologia “mascarada de ciência”, veja-se a afirmação de TC numa *perspectiva dialéctica, de materialismo histórico*:

1º tempo deste "ciclo" (tese) – grande peso do Estado e imperfeição dos mercados

2º tempo (antítese) – perfeição dos mercados e diminuição de peso ao Estado (muito particularmente das suas funções sociais e de regulação da economia)

Tempo futuro (para que tenha futuro... *a caminho do socialismo*) (**síntese**) – reforço e aperfeiçoamento do papel e da intervenção do Estado, integrando o funcionamento dos mercados, ao serviço do colectivo e do social.

Materialismo histórico - 30

Terça-feira, Outubro 21, 2008

Do ponto de vista da economia política, na leitura materialista histórica que (se) integra (n)o materialismo dialéctico, o *valor* não existe nas coisas em si, a não ser como potencialidade, como recurso *a ser*.

Um “fruto”, na árvore ou pousado na terra ou nesta enterrado, não “vale nada”. Só se o braço se estender para o colher, se o ser humano se curvar para o levantar ou arrancar do chão, é que passa a ter valor. Ou de *uso*, se consumido por quem o colheu, ou de *troca* se directamente trocado por outro “fruto” ou levado ao mercado.

E há, também, os *recursos adquiridos*. Os que, estando na natureza, recursos a ser, se lhes acrescen-tou valor pelo trabalho de colher, levantar, arrancar *E* transformar. Como um ramo a que, pelo trabalho, se limpou o que estaria a mais, se aguçou e afeioou a instrumento. E o ramo poderia ser a pedra, ou outra coisa, e outras coisas entre si ligadas pela força de trabalho que, de transformação em transformação, as tornaram instrumentos, ferramentas, máquinas, máquinas-ferramentas, aparelhos sofisticados em que dificilmente se descortina o que lhes está na origem, o *trabalho*.

Por isso se diz, nesta perspectiva, que o valor tem origem no trabalho. Porque este, com a sua força, foi acrescentando, às coisas, *valor de uso*, pelo uso que se lhe dá para satisfazer necessidades dos seres humanos, *valor de troca*, pelas trocas que possibilita.

As *moedas*, que começaram por ser sal, conchas, peles, são uma mercadoria especial. *Equivalente geral*, o seu valor consiste em exprimir o valor de todas as mercadorias, representando o trabalho social na sua forma mais geral e reflectindo as relações de produção entre os produtores das diferentes mercadorias.

O *capitalismo*, como sistema, modo de produção e formação social, foi-lhe dando outros usos. Além da forma-valor de equivalente geral, a de medida de valores, de meio de circulação e reserva, de entesouramento, de especulação. *Dinheiro* será o termo que designa quer todas as formas de moeda, logo todas as variedades concretas de equivalente geral, quer a própria substância da riqueza. A designação cobre, de facto, aspectos independentes: **1.** a “mercadoria especial” criada e destinada **1.i)** a facilitar as trocas, **1.ii)** a ser colocada de reserva para trocas futuras (num “pé de meia” ou em guarda mútua ou de outros), **2.** uma das formas do capital como valor, o capital-dinheiro, **3.** a unidade de medida da riqueza.

Especular (na Bolsa e algures) consiste em passar de *dinheiro a mais dinheiro*



sem atravessar o ciclo produtivo, onde se cria a riqueza real e as mais-valias, correspondendo tão-só a transferência de *real* riqueza, que apenas muda de mãos. O que pode acontecer por *i)* haver quem fique com menos dinheiro, *ii)* aumento artificial de dinheiro*, da moeda que passou a ser chamada “*fiduciária*” (aqui se incluindo todos os “produtos” de crédito), que não é mais que promessa de “moeda legal”, ou seja, com base material, e que apenas existe porque há confiança em que essa “promessa” se concretize.

* - o que, para os que não perdem dinheiro, tem o mesmo efeito pois o “mesmo dinheiro” passa a valer menos como equivalente uma vez que passa a ser necessário “mais dinheiro” para ser trocado pelas “mesmas coisas”.

Materialismo histórico – 31

Quinta-feira, Outubro 30, 2008

Não. Não acabou. Tem é havido muito pouca disponibilidade relativamente à disponibilidade que esta série me exige. Aproveito um trecho (adaptado) de uma intervenção pública para continuar:

“... a possibilidade de ocorrência de sobressaltos na *circulação* começa com a transformação de *M-M* (coisa trocada por coisa) em *M-D-M* (mercadoria trocada por mercadoria por intermédio de moeda, na designação genérica de *dinheiro*). Com o modo de produção capitalista, a circulação passa a ser *D-M-D* (dinheiro trocado por mercadorias para serem trocadas por dinheiro), e as crises começam a fazer parte do funcionamento do sistema pois a circulação exige que as mercadorias se troquem por dinheiro e a finalidade dela deixou de ser o de satisfazer as necessidades sociais, com *M* (coisas), mas o de *realizar* mais dinheiro, com *D'* (mais dinheiro) no final da circulação económica e, para essa realização, não são suficientes as potencialidades de procura para consumo criadas na esfera produtiva.

Na viragem da década de 70 para a de 80 do século passado, tudo se complicou ainda mais com a ultrapassagem, no quadro da luta de classes, de um pico de crise (monetária com inconvertibilidade do dólar, do petróleo) pela via neo-liberal, monetarista, com expressão no maior papel da circulação *D-D'* (dinheiro trocado por mais dinheiro, sem passar pela criação de bens, de riqueza). Chamemos-lhe *especulação* (bolsista e outras).

Mas esta foi uma forma, precária, instável e desestabilizadora, de ultrapassar uma contradição. Agravando-a. E, ao mesmo tempo, relevando a crise como inerente ao sistema, pois servindo para o capitalismo tentar superar, dentro dos seus parâmetros de classe, a contradição fulcral no seu funcionamento, cuja é a do desenvolvimento incessante e sem limites (até os que deveria ter!) das forças produtivas em oposição às dificuldades e aos limites da valorização do capital, enquanto valor sob forma monetária.

Daqui resulta a necessidade, para a sobrevivência do sistema, da *destruição de forças produtivas* excedentárias (*maxime*, de seres humanos), excedentárias para a reprodução do e acumulação do capital por não permitirem o processo de sua valorização como valor monetário.



Capital cada vez mais concentrado e menos valendo porque, mantendo-se a necessidade vital de criação de mais-valia e agudizando-se o desenvolvimento da contradição entre a capacidade de produção e a capacidade de consumo, esse capital monetário está cada vez mais empolado pela desmesurada circulação **D-D'** (dinheiro --> dinheiro), mais acrescido desmesuradamente pelo crédito, também face às pulsões das necessidades e insuportáveis travões na evolução dos níveis salariais.

Por isso mesmo, no actual e gravíssimo pico de crise, a injeção de dinheiro pelo “*moderno poder de Estado* (que... lê-se no **Manifesto**) *é apenas uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa*”, é solução precária para a situação estrutural, sistémica, agravando-a a prazo, prazo cuja dimensão temporal é imprevisível - e só esta o é, na “leitura” do materialismo histórico.

Materialismo histórico - 32 (composição orgânica do capital)

Terça-feira, Novembro 04, 2008

O *capital* é uma *relação social* mas é, **também**, um *valor sob a forma monetária que é investido para se reproduzir*. Enquanto tal, é um conjunto estruturado, que se compõe de duas partes.

Uma fracção do capital converte-se em *meios de produção* e compõe o *capital constante* (*K*), uma segunda fracção é dada em pagamento da força de trabalho, isto é, o *capital variável* (*V*). Esta divisão pode ser encarada no processo de valor (composição valor) ou, pela natureza das forças produtivas postas em movimento pelo capital no processo técnico (composição técnica) e, na ligação dos dois processos no ciclo de reprodução – $D-M-(...P...)-M'-D'$ – do capital, se exprime o conceito *composição orgânica do capital* (*coc*). Esta é representada pela fracção K/V (*K* sobre *V*).

Com o capitalismo, a *coc* não pára, de uma forma tendencial, de se elevar, em função dos ritmos de inovação tecnológica e de acumulação do capital. O numerador da fracção cresce mais que o seu denominador.

Esta noção é essencial para a compreensão dos mecanismos de acumulação capitalista.

Depois da crise de 1929-33 (e podia ir-se até 39 e à guerra), os economistas não-marxistas descobriram, à sua maneira, noções semelhantes à *coc*, como por exemplo a intensidade capitalista, mas sempre no pressuposto do capital apenas como uma coisa e não como uma relação social, e apenas elaborando noções técnicas de “capital fixo” e de “capital circulante”, não justapostas às de capital constante e de capital variável.

Na evolução do capitalismo, a elevação da composição orgânica do capital tem um duplo carácter contraditório. Por um lado, representa o *rápido progresso das forças produtivas* com crescente importância dos *meios de produção*, trabalho passado, cristalizado, relativamente à *força de trabalho, trabalho vivo*; por outro lado, reflecte a forma de acumulação do capital, com maior recurso ao capital constante, acompanhado de despedimentos, de desemprego e maior dificuldade na criação e apropriação de *mais-valia*.

Materialismo histórico - 33 (mais-valia)

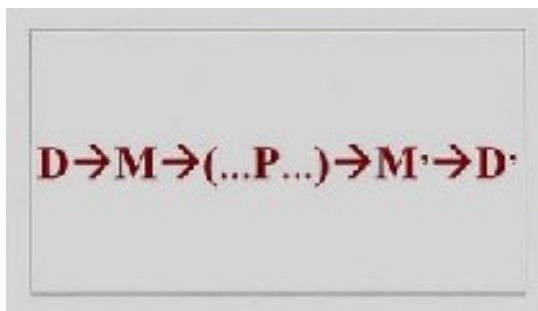
Sexta-feira, Novembro 07, 2008

Mais-valia significa, de uma forma geral, suplemento ou excedente de valor. Aplica-se em várias circunstâncias. O reforço de uma equipa de futebol, um imposto sobre o que viu acrescido o seu valor fiscal.

Mas *mais-valia* é um conceito fulcral no marxismo-leninismo. Se, em materialismo histórico, se remontar à origem das trocas de coisas com valor de uso, estas trocas fazem-se entre equivalentes, isto é, tendo custado, em princípio, o mesmo dispêndio de horas de trabalho, ou de emprego da força de trabalho. Pelo que não é na circulação que se pode encontrar a origem da mais-valia. Mas, sim, na *produção*.

A jornada de trabalho, no sistema capitalista, divide-se em duas partes. Durante uma parte (t), o trabalhador que vende a sua força de trabalho contra um salário, produz, sob a forma de coisas, de mercadorias, um valor equivalente ao valor dessa força de trabalho (*tempo de trabalho necessário*); durante a outra parte da jornada de trabalho (t'), o trabalhador não tem retribuição (salarial ou outra), o que quer dizer que ele produz, também sob a forma de mercadorias, um valor suplementar (*sobre-trabalho*) de que se apropria o proprietário dos *meios de produção*, que não só comprou as horas de força de trabalho dos trabalhadores do tempo de trabalho necessário como as outras mercadorias necessárias à produção, sem que destas lhe tenha advindo valor suplementar.

Reportando-nos ao anterior episódio, o proprietário dos meios de produção trocou capital dinheiro por capital constante (K) e por capital variável (V). Relativamente a K a troca, de uma forma geral, é equivalente; relativamente a V , apenas retribui com o necessário para que o trabalhador satisfaça as suas necessidades, isto é, apenas retribui o tempo de trabalho que lhe é necessário ao trabalhador para viver ou sobreviver, tendo esta expressão a ver com as necessidades do momento (histórico)!



Assim, a mais-valia resulta da exploração da classe operária pela classe burguesa, enquanto proprietária dos meios de produção. O **grau de exploração** pode medir-se pelo sobre-trabalho (ou *tempo de trabalho não pago*) sobre o trabalho necessário (ou *tempo de trabalho pago*) (t'/t).

Dir-se-á que esta formulação é simplista e está ultrapassada porque o funcionamento da economia não tem - ou já não tem - esta simplicidade. É certo que o funcionamento da economia não tem - ou já não tem - esta simplicidade, mas também é certo que nada se pode compreender do funcionamento da economia, ou do que quer que seja, se não se for ao que é o seu cerne, ao que, ao tornar-se mais complexo o funcionamento, não deixou de ter as suas raízes, não passou a viver sem o seu alimento essencial, vital. **O capitalismo não pode viver sem a exploração do homem pelo homem, através da criação e apropriação de mais-valia.**

Materialismo histórico - 34 (anotação a mais-valia)

Domingo, Novembro 09, 2008

Não vou responder ao que é provocação, petulância, má criação. Deixei de o fazer. De vez. O que não me impede de ler o que aparece publicado, e aí procurar “o trigo” das dúvidas. Aliás, acho curioso que se acusem marxistas de serem acríticos seguidores de uma cartilha, de usarem Marx como cego argumento de autoridade, e também de heterodoxos, quase de hereges por, a partir de Marx e da realidade que tanto se transforma, poderem, aqui e ali, sair do trilho que estaria certo no século XIX e deixou de o estar. Como o ilustra cabalmente o prefácio de Engels, de 1872 ao *Manifesto* de 1848.

Assim, vou aproveitar um comentário que me foi enviado, para (me) esclarecer e procurar esclarecer, ignorando quem o fez, como o fez e as intenções com que o fez. Até agradecendo algumas pistas apontadas e por onde entro e vou, fazendo o *meu* caminho.

Marx disse que as mercadorias, incluindo a *força de trabalho*, eram trocadas pelos seus valores. Em conformidade, a troca das mercadorias, de todas as mercadorias, era uma troca de equivalentes. Disse, também, que a *mais-valia*, o tal valor suplementar, era criada pela força de trabalho que criava mais valor do que o seu próprio valor, por fornecer mais trabalho do aquele que fora necessário para a sua produção.

Ora foi afirmado, num episódio anterior, que a troca da força de trabalho é uma troca desigual, ao contrário do que sucede com a troca das restantes mercadorias. E isso acontece porque a jornada de trabalho está dividida em duas partes, uma para o trabalhador (*trabalho necessário*), outra para o capitalista (*trabalho excedente*). Por isso, a troca das mercadorias é uma troca de equivalentes, como disse Marx, e é (*também*) uma troca desigual no que respeita à força de trabalho? Mas para o entender é preciso deixar a grilheta do *sim OU não* e já ter passado para o dialéctico *sim OU/E não*. Quer dizer, a troca de mercadorias é uma troca equitativa e a troca da força de trabalho é uma troca desigual? Assim se reconhece que, no capitalismo, a troca, *em geral*, é uma troca equitativa, e que a troca da força de trabalho, ao contrário da troca das restantes mercadorias, é - *também* - uma troca desigual!

Por a troca da força de trabalho ser uma troca desigual, é precisamente através dessa troca desigual que ocorre a criação e a apropriação de uma parte do valor criado pelos proprietários dos meios de produção que, por o serem, puderam trocar desigualmente a força de trabalho. O que se concretiza na *esfera produtiva*, quando – e se – se acrescenta valor. Na produção das mercadorias é gerado o seu valor; na troca das mercadorias, na relação social da troca, *realiza-se* a troca, através do dinheiro, pelo que o ciclo apenas termina na *troca M'(mercadorias criadas na produção)-D'(dinheiro)*. Na troca, de facto, não é gerado qualquer valor, apenas é realizada, em capital dinheiro, a apropriação de valores criados na produção.

Há quem não tenha este entendimento. Julgo que estão errados, e esse erro, nalguns casos, tem a curiosidade de ir buscar o conceito de Marx de mais-valia e de o transplantar de (...*P...*), produção, para *M'-D'*, para a troca. Até porque a parte do valor apropriada é a que não é paga ao trabalhador na produção, isto é, a parte suplementar criada pela mercadoria que o trabalhador vende e que lhe não é paga. Nada acrescenta mais do que contém, dizia Lavoisier e outros – e o materialismo! –, mas a mercadoria força de trabalho, ao acrescentar valor, só recebe em troca uma parte do valor que acrescentou (por exemplo, com o *trabalho vivo* das costureiras que produzem camisas, e com o *trabalho cristalizado* nos meios de produção – fábrica, energia, máquinas de costura, pano, linhas, botões – propriedade de quem, por ser proprietário da forma de valor capital-dinheiro, também compra a força de trabalho)

O modo de produção capitalista caracteriza-se pela produção de mercadorias, e toda a produção é efectuada tendo por objectivo $D-D'$ (troca de dinheiro por mais dinheiro), objectivo que se mantém mesmo quando não haja produção e apenas transferência de mais-valia antes criada.

O valor das mercadorias só pode resultar do valor das outras mercadorias que foram usadas na sua produção. Marx, para continuar o que o David Ricardo deixara incompleto na sua teoria do valor, teve o génio de descobrir que o valor das mercadorias não era resultado do valor das que entravam na sua produção, mas de uma *mercadoria especial, a força de trabalho*, que único motor da dinâmica *necessidades-utilização e transformação de recursos*. E tudo se explica pela criação de valor na sua duplicidade valor de uso/valor de troca formando uma unidade dialéctica. O valor das mercadorias (M') é criado pelo uso de uma mercadoria que acrescenta valor (de uso/troca) ao valor das mercadorias que as integram (M).

A exploração existe, no capitalismo como noutros modos de produção que o antecederam. O que está e sempre esteve em causa é explicá-la. David Ricardo dissera que o trabalho era a medida do valor, Adam Smith que o trabalho cristalizado comprava trabalho vivo. Mas não explicaram como era gerada a mais-valia (e o seu epifenómeno, o *lucro*, que resulta da relação da mais-valia apropriada com o *capital total investido*, não fazendo qualquer distinção entre o *constante* e o *variável*). E foi este problema fulcral que Marx terá resolvido, com a descoberta da força de trabalho, que tem o “dom” de fornecer mais valor que aquele que é necessário para a *sua* própria produção.

Aliás a distinção entre trabalho e mercadoria-força de trabalho ainda não aparece em o *Manifesto*, o que só foi corrigido uma década depois, quando Marx aprofundava os seus estudos de economia (sem que se alterasse o documento original).

Há quem, de boa fé, não pense assim. A meu ver – e não afirmo estar a ver bem, mas estou convicto de que estou –, porque não penetraram em alguns mecanismos de raciocínio a que só se consegue chegar pela abordagem materialista dialéctica.

Parafraseando alguém, desculpem o lençol mas, como se sabe, isto dá pano para mangas. E mais mangas virão. Quando *eu* julgar oportuno e outras tarefas o consentirem.

Materialismo histórico - 35 (lucro)

Sexta-feira, Novembro 14, 2008

Lucro é forma modificada da **mais-valia**. Na linguagem corrente, o lucro constitui o resultado tangível, material, de uma actividade económica qualquer. No capitalismo industrial, trata-se do acréscimo do capital investido durante um ciclo de reprodução desse capital. É a diferença entre D e D' após a passagem pela troca $D-M$ e o processo produtivo de que resulta realizando-se M' como valor monetário através da troca por D' . Ou, em prática especulativa (o que não se deve confundir com *distribuição*), é a transformação de D a D' sem passar por (... P ...), isto é, criação de riqueza.

O lucro depende da mais-valia. Primeiro, porque ele é, em si-mesmo, mais-valia, ou seja, a força de trabalho utilizada e não paga; depois, porque constitui um *modo da existência concreta* da mais-valia, e realiza-se, como capital-dinheiro, em várias formas: o lucro comercial, as rendas, os juros. Na prática especulativa, só se transfere mais-valia antes criada e apropriada.

Enquanto a mais-valia existe apenas na dimensão do capital variável, o lucro refere-se à totalidade do capital, pelo que é a mais-valia reportada ao conjunto do capital. Noutros termos (ou nos mesmos...), no processo produtivo, o capital total investido é a soma do capital constante (**K**), que são os edifícios, as máquinas os instrumentos, as matérias primas – os meios de produção, objectos e instrumentos de trabalho – mais o capital variável (V), a parte destinada à utilização da força de trabalho, e a mais-valia é parte de V e o lucro é parte de $K + V$.

Sendo epifenómeno da mais-valia, o lucro é elemento fundamental da mistificação do funcionamento do capitalismo:

- porque, para o proprietário dos meios de produção, convertidos em capital-dinheiro que é investido para reprodução e acumulação, o lucro é criado pelo *seu* capital, e considera-o como fruto da sua actividade;
- porque, para os economistas não-marxistas (mais contabilistas que economistas...), o lucro é o que resulta como benefício (ou prejuízo), como **resíduo** – o que se recebe menos o que se gasta –, compensa o risco assumido e está condicionado pela “conjuntura”.

Em ambos os casos o que se escamoteia é a *exploração do homem pelo homem*, uns possuidores dos meios de produção, outros apenas da sua força de trabalho.

Esta nota, necessariamente sumária (como todas, apenas pistas), é indispensável para se chegar à *lei da baixa tendencial da taxa de lucro*, o pé da mesa que falta.

Materialismo histórico - 36

Quinta-feira, Novembro 20, 2008

A *lei da baixa tendencial da taxa de lucro* exprime a tendência para a diminuição da taxa de lucro, resultante da evolução da *composição orgânica do capital (coc)*.

O capital investido troca-se por capital constante (K), sob a forma de meios de produção e matérias primas, e por capital variável (V), a parte destinada à compra de horas de força de trabalho. Como o lucro (L) resulta da mais-valia ($m-v$) que o proprietário dos meios de produção retira do trabalho assalariado na produção (cada vez mais colectivo), L é proporcional a V , embora a taxa de lucro se calcule em função do capital total investido – $L/(K + V)$.

Com a elevação da *coc*, a parte do capital variável no capital total – e poderia dizer-se a parcela do trabalho vivo na soma deste com o trabalho passado ou cristalizado nos meios de produção –, diminui, e a *taxa de lucro* também decresce, desde que se mantenha a $m-v$ que se relaciona apenas com V . O que significa que a *mesma* quantidade de força de trabalho no *mesmo* tempo de emprego, põe em movimento uma massa sempre crescente de capital nas suas várias formas. Assim, uma *mesma quantidade de capital variável fará funcionar uma sempre crescente quantidade de capital constante*. Para ilustrar, dir-se-ia que, no limite ou caricatura, V apenas remunerará a tarefa de carregar em botões ou teclas que fariam o produzir K , que representa trabalho passado e cristalizado em instrumentos e objectos de trabalho.

Esta lei exprime o progresso do trabalho enquanto força produtiva por com *menos trabalho*, se criar a *mesma quantidade de valores de uso* (mercadorias), ou, com o *mesmo trabalho* se criar *maior quantidade de valores de uso* (mercadorias), ou os dois efeitos acumulados.

Em resumo, o *desenvolvimento das forças produtivas*, com expressão no acréscimo quantitativo e qualitativo dos meios de produção, faz aumentar K proporcionalmente a V , e *implica necessariamente a tendência para a diminuição da taxa de lucro*. Para o compensar, a classe dominante procura, permanentemente, um acréscimo da taxa de exploração, que só em condições excepcionalmente negativas da relação de forças sociais possibilita travar ou inverter, temporariamente, a lei tendencial, dados os diferentes ritmos de crescimento de K e de V .

Esta lei suscita, certamente, muitas dúvidas para que, surjam ou não, se procurará adiantar esclarecimentos à luz do materialismo histórico.

Materialismo histórico - 37

Segunda-feira, Novembro 24, 2008

A *lei tendencial da baixa da taxa de lucro* pode parecer negada pela realidade pois justificar-se-ia que, sendo ela verdadeira, os detentores de capital-valor monetário, privilegiassem o investimento em capital variável relativamente ao capital constante, e não procurassem, ao contrário, substituir os trabalhadores, trabalho vivo, por meios de produção, por trabalho passado que não cria mais valia. Levando a que o *desemprego* seja um dos mais graves problemas sociais contemporâneos do “mundo desenvolvido”.

Ora, no processo histórico, o *desenvolvimento das forças produtivas* é incessante, cada descoberta dá origem a uma nova descoberta, cada invenção a uma nova invenção. O ramo que prolonga o braço, a pedra que chega onde não alcança a mão, as suas transformações em complexos instrumentos e meios de trabalho... em suma, os exemplos que deixámos no início desta “conversa”. A *ruptura que leva de um modo de produção a outro modo de produção* tem causas objectivas na crescente *falta de correspondência entre esse desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais dominantes*.

O novo modo de produção estimula o desenvolvimento das forças enquanto ele não contraria os interesses da classe dominante. Quando os contraria, a classe dominante procura, pelo menos, controlar ou travar esse desenvolvimento. Para tanto podem servir direitos de propriedade industrial, registos de marcas e patentes e coisas dessas, chegando-se ao limite destruição de forças produtivas - até às guerras - quando a crise atinge níveis de grande gravidade.

Cito o *Manifesto*: “*O permanente revolucionamento da produção, o ininterrupto abalo de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos distinguem a época da burguesia de todas as outras*”.

O capitalismo está marcado pelas suas contradições. Se, ao nível das relações de produção, no seu bojo criou o proletariado, também, ao nível das forças produtivas, vai criando as condições – e não as consegue inverter – para a baixa tendencial da taxa de lucro. Como transformou o *desemprego* em sua *variável estratégica*. Do que se escreverá a seguir.

Materialismo histórico - 38 (desemprego)

Quinta-feira, Dezembro 04, 2008

No *modo de produção capitalista*, escondido na capa (também ideológica) de “economia de livre mercado”, *desemprego* é a situação do trabalhador privado de emprego, não encontrar *procura* para a sua mercadoria, a *força de trabalho*.

A situação de desemprego é das mais dramáticas na vida dos trabalhadores pois, enquanto nessa situação, atinge-os naquilo que os define como seres humanos, na sua natureza intrínseca.

Não se trata – apenas – de não conseguir, no mercado, resposta para a oferta do que pretende vender (tempo de força de trabalho contra salário), mas de ser a si próprio, como ser humano, que vê negada a utilidade de criar ou tornar acessíveis produtos de que necessita para viver por via da troca pelos produtos que outros produzem e tornam acessíveis.

O desemprego é gerado, tendencialmente, pelos mecanismos de funcionamento do capitalismo. O *desenvolvimento dos meios de produção*, instrumentos e objectos de trabalho, provoca uma diminuição relativa do capital variável na composição orgânica do capital, o trabalho vivo é substituído pelo trabalho passado, transformado em meios de produção.

Por outro lado, em resultado da evolução histórica ao nível das *relações de produção*, da luta de classes, conquistas sociais impedem que os proprietários dos meios de produção possam tratar a força de trabalho como uma mercadoria igual às outras, e há conquistas sociais que fazem com que os proprietários dos meios de produção procurem acelerar a substituição de trabalho vivo, no seu interesse imediato na concorrência intra-classista. O que é contraditório com a necessidade da classe se apropriar de *mais-valia*, só possível com o *emprego* da força de trabalho dos trabalhadores.

Donde resulta a busca de intensificação da exploração (e de outras formas de reproduzir o capital na sua forma monetária). Uma das vias é a da transformação do desemprego em *variável estratégica*, pois o receio de perda de emprego – a instabilidade e precariedade do emprego – muito fragiliza os trabalhadores na sua luta. Pelos salários e, particularmente importante, na defesa e conquista de condições sociais que contrariam “trabalho sem direitos”.

Nesta breve nota, para a tornar mais impressiva, o emprego pode assimilar-se a *mercadoria* (força de trabalho) *em armazém*. Noutros termos, assim se cria o “*exército industrial de reserva*”.